



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

EDITAL TRE-CE Nº 90002/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO ALTERADO

PROCESSO TRE/CE SEI N.º 2025.0.000007301-6

INCLUINDO AS ALTERAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES	
OBJETO:	Contratação de serviços de telefonia móvel institucional no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), redes móveis 4G/5G com planos corporativos, com fornecimento de aparelhos celulares em regime de comodato, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo 2 deste Edital.
MODALIDADE: PREGÃO FORMA: ELETRÔNICA	
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006; Instruções Normativas SEGES/ME nº 65/2021 e SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislações aplicáveis.	
UNIDADE REQUISITANTE: Seção de Administração Predial	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço	
DIVISIBILIDADE DO OBJETO: (X) Divisível por item () Divisível por grupo () Indivisível	
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 19 DE MAIO DE 2026 , ÀS 9 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA).	
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$259.396,20 (Duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte centavos).	

MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: NÃO
APLICAM-SE OS BENEFÍCIOS PREVISTOS NOS ARTS. 6º AO 8º DO DECRETO Nº 8.538, de 2015: () Tipo I (licitação exclusiva) () Tipo II (subcontratação de ME/EPP) () Tipo III (cota principal e reservada) (X) Não se aplicam.	
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA: Não	PREVISÃO DE VISTORIA PRÉVIA: Não
RESUMO CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO (CAPÍTULO 7 DO EDITAL) PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES (CAPÍTULO 10 DO EDITAL) As sessões públicas serão realizadas no Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br . Os documentos relacionados ao planejamento da contratação, assim como o Edital e seus Anexos estão disponíveis no endereço eletrônico: https://apps.tre-ce.jus.br/portal-de-compras/aquisicoes/licitacoes . Para acessá-los, basta selecionar a licitação correspondente no referido portal.	
CÓDIGO UASG TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ - 070007	

EDITAL ALTERADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 90002/2026

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, por intermédio da Seção de Licitações, torna público, a todos os interessados, a realização do Pregão Eletrônico n.º 90002/2026, visando à contratação do serviço abaixo descrito, segundo o que dispõem a Lei n.º 14.133/2021, a Lei Complementar n.º 123/2006 e as normas vigentes e pertinentes à matéria, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital.

Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de telefonia móvel institucional no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), redes móveis 4G/5G com planos corporativos, com fornecimento de aparelhos celulares em regime de comodato, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT LINHAS E APARELHOS EM COMODATO
1	<ul style="list-style-type: none">Assinatura para prestação dos serviços nas localidades, conforme a divisão constante no item 5.5.4 do Termo de Referência.Chamadas de voz ilimitadas para números fixos e móveis de qualquer operadora no território nacionalGestão e AutosserviçoTarifa Zero SMS	26387	Serviço	102

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT LINHAS E APARELHOS EM COMODATO
2	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura para prestação dos serviços nas localidades, conforme a divisão constante no item 5.5.4 do Termo de Referência. Chamadas de voz ilimitadas para números fixos e móveis de qualquer operadora no território nacional Gestão e Autosserviço Tarifa Zero SMS 	26387	Serviço	32
3	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura para prestação dos serviços nas localidades, conforme a divisão constante no item 5.5.4 do Termo de Referência. Chamadas de voz ilimitadas para números fixos e móveis de qualquer operadora no território nacional Gestão e Autosserviço Tarifa Zero SMS 	26387	Serviço	4

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT LINHAS E APARELHOS EM COMODATO
4	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura para prestação dos serviços nas localidades, conforme a divisão constante no item 5.5.4 do Termo de Referência. Chamadas de voz ilimitadas para números fixos e móveis de qualquer operadora no território nacional Gestão e Autosserviço Tarifa Zero SMS 	26387	Serviço	9

1.2. A descrição detalhada do serviço, os requisitos da contratação, o modelo de execução contratual, gestão contratual e pagamentos estão detalhados no Anexo 2 - Termo de Referência.

1.3. Todos os aparelhos fornecidos em regime de comodato deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, incluindo baterias e acessórios, devendo a substituição de equipamentos defeituosos ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da comunicação formal da Administração, sem qualquer ônus adicional.

1.4. A presente contratação trata de serviços especificados de forma pormenorizada e de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares - Anexo 3.

1.5. A licitação será dividida em itens, conforme modelo de proposta constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, desde que possa prestar o serviço em todas as localidades do item constantes no item 5.5.4 do Termo de Referência.

1.6. Para a perfeita execução do contrato, a futura Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à prestação dos serviços, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no item 5.4.1, promovendo sua substituição quando necessário. Todos os aparelhos serão fornecidos em regime de comodato e deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, incluindo baterias e acessórios, devendo a substituição de equipamentos defeituosos ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da comunicação formal da Administração, sem qualquer ônus adicional.

1.7. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante do Edital e de seus anexos e a descrição constante no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (SIASG/COMPASNET), prevalecerá sempre a constante do presente instrumento convocatório.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão todas as empresas que atendam às exigências do edital e estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. Neste certame, a participação foi ampliada para todos os portes de empresas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor

individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item 2.5 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.8. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.6.9. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o TRE-CE, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome da licitante, no sistema eletrônico.

2.8. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em observância ao disposto no § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.9. As informações necessárias à verificação do cumprimento das condições elencadas nos itens anteriores poderão ser obtidas em qualquer registro cadastral dos órgãos ou entidades da Administração Pública, aí incluídos os sites do SICAF, do Portal da Transparência, sítio da Receita Federal e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos do acórdão nº 1.793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União e Sítio do TCU.

2.9.1. A consulta às bases de dados elencadas no item 2.9 será realizada em nome da licitante e de seu sócio majoritário.

2.10. A vedação de que trata o item 2.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.11. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo e referidas anteriormente, o(a) pregoeiro(a) relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **valor unitário do item**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.5. que desenvolve ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430/2023, se for o caso, devendo ser apresentada a comprovação devida, caso o licitante se utilize do benefício de desempate na fase de julgamento das propostas.

3.2.6. que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133/2021, se for o caso, devendo ser apresentada a comprovação devida, caso o licitante se utilize do benefício de desempate na fase de julgamento das propostas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4.1. A falsidade da declaração de que trata o item 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.4.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) de que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances, através da ferramenta do Comprasnet.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.10. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O cadastramento de propostas iniciar-se-á no momento em que for publicado o Edital no sistema Compras.gov.br e no PNCP, e encerrar-se-á, automaticamente, na data e hora marcada para a abertura da sessão e o licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor proposto, com a descrição do objeto, considerado apenas até os centavos, com duas casas decimais, contendo as informações constantes no Anexo 1 - Modelo de Proposta e as especificações do Anexo 2 - Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Após o encerramento da etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 1 - Modelo de Proposta, devidamente adequada ao último lance, com especificação completa do material, marca e modelo dos aparelhos celulares cotados, preços unitário e total mensal, e anual do item, imprerivelmente no prazo de 2 (duas) horas, a partir da convocação, sob pena de ser desclassificada.

4.5.1. Os serviços cotados deverão necessariamente atender à especificação do objeto, o ciclo de vida e os requisitos de sustentabilidade descritos no Termo de Referência, Anexo 2 deste edital.

4.6. Eventuais erros no preenchimento da proposta não são motivos para a desclassificação da mesma, quando esta puder ser ajustada

pela licitante, sem a majoração do preço ofertado e sempre obedecendo-se ao prazo previsto no item 4.5.

4.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de entregar os produtos especificados, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido pela Administração, seus ajustes e adequação necessários.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo TRE-CE e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. A partir da apresentação da proposta no presente procedimento licitatório, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, a empresa e seus representantes autorizam a divulgação dos seus dados pessoais, em razão de documentos apresentados durante o certame ou na fase contratual, ficando o TRE-CE eximido de descumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR DO ITEM**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

5.11. O procedimento seguirá com o modo de disputa "aberto/fechado", conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas.
- 5.18. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:
- 5.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430/2023;
- 5.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304/2024.
- 5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.19.2. empresas brasileiras;
- 5.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, observado o critério estabelecido no edital e o valor estimado para a contratação.
- 5.21.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes e seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.
- 5.21.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.
- 5.21.3. A licitante será convocada para se manifestar quanto à negociação proposta no prazo máximo de 15(quinze) minutos quanto a sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.
- 5.21.4. O(A) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares especificados no item 4.5.1 deste edital.
- 5.21.5. É facultado ao(à) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido por mais 2(duas) horas, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.22. Após a negociação do preço e recebimento das propostas, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.23. O(A) pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br>);
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.

6.5.1. A fim de aferir a pertinência e adequação do enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o(a) pregoeiro(a) realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

6.5.2. Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o(a) pregoeiro(a) relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

6.5.3. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo(a) pregoeiro(a) ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. O(A) pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ofertada ou solicitar à licitante da proposta classificada em primeiro lugar com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da contratação para comprovar:

6.7.1. que o custo da licitante não ultrapasse o valor da proposta; e

6.7.2. a existência de custos de oportunidades capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR VALOR TOTAL POR ITEM**, atendidas as especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. É condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da melhor proposta, a verificação pelo(a) pregoeiro(a) da regularidade da seguinte documentação, através da consulta dos sítios oficiais:

7.1.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

7.1.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

7.1.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

7.1.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

7.1.5. Constatada a existência de sanção, a licitante será inabilitada por falta de condição de participação.

7.2. Para habilitação neste Pregão, a licitante deverá apresentar documentação relativa à regularidade fiscal Federal, Estadual e Trabalhista, conforme segue:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.5.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

7.2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3. Caso os registros constantes do SICAF não estejam atualizados ou se encontrem fora do prazo de validade, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal previstos na legislação deverão ser encaminhados ao(a) pregoeiro(a) como anexo, via sistema Compras.gov.br, na forma e no prazo definidos neste edital.

7.3.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) pregoeiro(a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s).

7.3.2. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista ([Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016](#)) obedecerá o seguinte:

7.3.2.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

7.3.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará na inabilitação da licitante.

7.4. Para fins de habilitação, a licitante também deverá apresentar a seguinte documentação:

7.4.1. declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, os termos do art. 63, inc. I, da Lei n.º 14.133/2021;

7.4.2. declaração de que suas propostas compreendem a integralidade os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021;

7.4.3. declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação e comunicação imediata de superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

7.4.4. manifestação de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento objeto desta licitação;

7.4.5. declaração de observância dos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;

7.4.6. declaração de cumprimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.4.7. declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

7.4.8. declaração de cumprimento do art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

7.4.9. As declarações previstas neste item 7.4 deverão ser preenchidas pela licitante no sistema Compras.gov.br e serão consultadas pelo(a) pregoeiro(a) durante a sessão, para posterior juntada ao processo administrativo.

7.5. Para fins de habilitação deverá ser apresentado pela empresa licitante:

7.5.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.5.2. comprovante de inscrição no CNPJ ou CPF, se for o caso.

7.5.3. Para fins de qualificação econômico-financeira serão exigidos:

7.5.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II;

7.5.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

7.5.3.2.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

7.5.3.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

7.5.3.2.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.5.3.2.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.5.3.2.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido comprovação de patrimônio líquido mínimo 10% do valor total estimado da contratação.

7.5.4. Para fins de qualificação técnico-operacional:

7.5.4.1. Para fins de comprovação de aptidão técnica, a licitante deverá apresentar certidões ou atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso, comprovando que a empresa já executou serviços similares, fornecendo linhas em quantitativo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade a ser cotada, contida no tópico 1 do Termo de Referência;

7.5.4.1.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.5.4.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada ;

7.5.4.3. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.6. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando o(a) pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

7.7. Os documentos e certidões exigidos para habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, mediante solicitação justificada do licitante, antes de findado o prazo estabelecido e poderão ser enviados mediante anexo ao sistema Compras.gov.br ou enviadas para o email selic@tre-ce.jus.br.

7.8. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

7.8.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

7.9. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de "Ocorrências Impeditivas Indiretas" em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) pregoeiro(a) deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, "e", e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

7.9.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a. identidade dos sócios;
- b. atuação no mesmo ramo de atividades;
- c. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f. identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

7.9.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o(a) pregoeiro(a) registrará, no "chat", as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

7.9.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) pregoeiro(a), ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretam a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

7.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660/2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.7.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. Nos termos da LC 123/2006 e do Decreto 8.538/2015, se exigirá a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da

microempresa e da empresa de pequeno porte apenas para fins da contratação.

7.17.1. Constatada alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.17.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na cláusula 7.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, cabendo à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar a contratação, ou revogar a licitação.

7.18. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

8. DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. Autorizada a contratação, será exigida da contratada a prestação de garantia contratual, na forma estabelecida na Cláusula Décima do Anexo 2 - Minuta de Contrato.

8.1.1 Caso haja opção pela apresentação da garantia na modalidade de seguro garantia, o futuro contratado deverá apresentá-la no prazo máximo de 31 (trinta e um) dias, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

8.1.2. Caso a Administração adote data diversa da prevista no item 2.1.1 da Minuta de Contrato para o início da vigência contratual, poderá a contratada solicitar a alteração do prazo de entrega, cabendo à autoridade superior apreciar as justificativas apresentadas e decidir a fixação de novo prazo;

8.1.3 Para a apresentação das demais modalidades de garantia, o prazo de será de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo terão vista franqueada aos interessados, que deverão solicitar através do e-mail selic@tre-ce.jus.br ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicado ao(à) Pregoeiro(a) deste Tribunal.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do Contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 3% (dez por cento); ultrapassado esse limite, poderá ser caracterizada a inexecução total do objeto;
- c) multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
- d) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o total do contrato pela sua inexecução parcial e de até 20% (vinte por cento) sobre o total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- e) impedimento de licitar e contratar com Administração Pública Federal direta e indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 10.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 10.1 e as condutas previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 10.1 que justifiquem a imposição de penalidades mais grave que a sanção prevista na alínea "f" deste subitem (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).
- 10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).
- 10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).
- 10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):
- a) a natureza e a gravidade de infração cometida;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).
- 10.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, solicitada por meio do email selic@tre-ce.jus.br
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 11.6. A impugnação e o pedido de esclarecimentos deverão conter a identificação do interessado, constando, no mínimo, no caso de pessoa jurídica: a razão social, CNPJ, endereço completo, nome do representante, telefone e e-mail para contato; e no caso de pessoa física: nome completo, CPF, telefone e e-mail para contato.
- 11.7. Não será dado conhecimento aos pedidos de esclarecimentos e impugnações intempestivos ou que não atenderem às formalidades mínimas dispostas na cláusula anterior.
- 11.8. A impugnação impetrada em nome de pessoa jurídica deverá ser acompanhada do devido instrumento de procuração, bem como dos documentos que comprovem poderes do impetrante para peticionar em nome da empresa.

12. DA CONSULTA AO CADIN E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1. Após o encerramento da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) fará consulta ao CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal, para fins do disposto nos artigos 6º e 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

12.1.1. Constatada a existência de registro, será concedido à adjudicatária prazo de 15(quinze) dias, prorrogáveis a critério da Administração, para que seja comprovada a regularização.

12.1.2. Persistindo o registro, após concedido o prazo previsto no item anterior, a situação será comunicada à autoridade superior para decisão quanto à homologação do certame.

12.2. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será realizada nova consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e à comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

12.2.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação, conforme art. 6º-A da Lei 10522/2002.

12.3. Homologado o resultado desta licitação, a contratação será efetivada por meio de assinatura de termo de contrato ou confirmação de recebimento da Nota de Empenho.

12.4. O contrato deverá ser assinado no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data de convocação para sua assinatura.

12.5. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer cláusulas do Contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

12.6. É condição para a contratação manter os documentos exigidos para habilitação válidos. Caso não seja possível ao TRE/CE atualizá-los via Internet, a Contratada deverá providenciar sua atualização e apresentá-los a Seção de Contratos deste Tribunal, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação;

12.7. É facultado ao TRE/CE, quando o adjudicatário convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

12.7.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas neste Edital e anexos.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgado relatório final dos itens após encerrada a sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

13.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.tre-ce.jus.br.

13.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

13.11. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal de Fortaleza/Ce com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos e subanexos:

- ANEXO 1 – Modelo de Proposta
- ANEXO 2 – Termo de Referência
- ANEXO 3 - Estudos Técnicos Preliminares
- ANEXO 4 – Minuta de Termo de Contrato
- ANEXO 5 – Preços de Referência.

Fortaleza, 28 de abril de 2026.

Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026 - TRE/CE

ANEXO 1 - MODELO DE PROPOSTA

Dados da Empresa (NOME e CNPJ):

Endereço (incluindo CEP):

Fone e e-mail comercial:

Validade da proposta:

Dados Bancários:

Proposta de preços para a execução de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, com ligações ilimitadas, franquia de internet de, no mínimo, 4Gb e com fornecimento de aparelho em comodato conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no edital e Anexo 2 – Termo de Referência, conforme os preços abaixo indicados:

ITEM	LOCALIDADE	Quantidade de aparelhos em comodato com SimCard	Valor unitário mensal	Valor total mensal
1	Acaraú	1	R\$	R\$
	Acopiara	1	R\$	R\$
	Amontada	1	R\$	R\$
	Aracati	1	R\$	R\$
	Beberibe	1	R\$	R\$
	Bela cruz	1	R\$	R\$
	Brejo Santo	1	R\$	R\$
	Camocim	1	R\$	R\$
	Canindé	1	R\$	R\$
	Caucaia	3	R\$	R\$
	Crateús	1	R\$	R\$
	Crato	1	R\$	R\$
	Fortaleza	38	R\$	R\$
	Granja	1	R\$	R\$
	Guaraciaba do Norte	1	R\$	R\$
	Horizonte	1	R\$	R\$
	Icó	1	R\$	R\$
	Iguatu	1	R\$	R\$
	Ipu	1	R\$	R\$
	Ipueiras	1	R\$	R\$
	Itapipoca	1	R\$	R\$
	Itarema	1	R\$	R\$
	Jaguaribe	1	R\$	R\$
	Jaguaruana	1	R\$	R\$
	Jardim	1	R\$	R\$
	Juazeiro do Norte	4	R\$	R\$
	Lavras da Mangabeira	1	R\$	R\$
	Limoeiro do Norte	1	R\$	R\$
	Maracanaú	2	R\$	R\$
	Maranguape	1	R\$	R\$
	Massapê	1	R\$	R\$
	Mauriti	1	R\$	R\$
	Missão Velha	1	R\$	R\$
	Mombaça	1	R\$	R\$
	Morada Nova	1	R\$	R\$
	Nova Russas	1	R\$	R\$
	Pacajus	1	R\$	R\$
	Pacatuba	1	R\$	R\$
	Paracuru	1	R\$	R\$
	Parambu	1	R\$	R\$
	Pedra Branca	1	R\$	R\$
	Pentecoste	1	R\$	R\$
	Quixadá	1	R\$	R\$
	Quixeramobim	1	R\$	R\$
	Redenção	1	R\$	R\$
	Russas	1	R\$	R\$
	Santa Quitéria	1	R\$	R\$
	São Benedito	1	R\$	R\$
	São Gonçalo do Amarante	1	R\$	R\$
	Sobral	4	R\$	R\$
	Tauá	2	R\$	R\$
	Tianguá	1	R\$	R\$
	Trairi	1	R\$	R\$
	Várzea Alegre	1	R\$	R\$

ITEM	LOCALIDADE	Quantidade de aparelhos em comodato com SimCard	Valor unitário mensal	Valor total mensal
	Viçosa do Ceará	1	R\$	R\$
	Valor global do Item 1 – 12(doze) meses.	102	R\$	R\$
2	Alto Santo	1	R\$	R\$
	Aquiraz	1	R\$	R\$
	Aracoiaba	1	R\$	R\$
	Assaré	1	R\$	R\$
	Aurora	1	R\$	R\$
	Barbalha	1	R\$	R\$
	Baturité	1	R\$	R\$
	Boa viagem	1	R\$	R\$
	Campos Sales	1	R\$	R\$
	Capistrano	1	R\$	R\$
	Caridade	1	R\$	R\$
	Caririaçu	1	R\$	R\$
	Cascavel	1	R\$	R\$
	Cedro	1	R\$	R\$
	Chaval	1	R\$	R\$
	Coreaú	1	R\$	R\$
	Eusébio	1	R\$	R\$
	Farias brito	1	R\$	R\$
	Ipaumirim	1	R\$	R\$
	Iracema	1	R\$	R\$
	Itapajé	1	R\$	R\$
	Jaguaretama	1	R\$	R\$
	Jucás	1	R\$	R\$
	Milagres	1	R\$	R\$
	Nova Olinda	1	R\$	R\$
	Ocara	1	R\$	R\$
	Orós	1	R\$	R\$
	Pacoti	1	R\$	R\$
	Reriutaba	1	R\$	R\$
	São Luiz do Curu	1	R\$	R\$
	Tabuleiro do Norte	1	R\$	R\$
	Tamboril	1	R\$	R\$
	Uruburetama	1	R\$	R\$
	Valor global do Item 2 – 12(doze) meses.	32	R\$	R\$
3	Cariré	1	R\$	R\$
	Jati	1	R\$	R\$
	Saboeiro	1	R\$	R\$
	Solonópole	1	R\$	R\$
	Valor global do Item 3 – 12(doze) meses.	4	R\$	R\$
4	Aiuaba	1	R\$	R\$
	Araripe	1	R\$	R\$
	Barro	1	R\$	R\$
	Ibiapina	1	R\$	R\$
	Independência	1	R\$	R\$
	Mucambo	1	R\$	R\$
	Novo Oriente	1	R\$	R\$
	Santana do Acaraú	1	R\$	R\$
	Senador Pompeu	1	R\$	R\$
	Valor global do Item 4 – 12(doze) meses.	9	R\$	R\$

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão incluídos: impostos, tributos, despesas salariais, encargos sociais, fiscais e comerciais, e quaisquer outros relativos aos serviços de telefonia, bem como despesas necessárias à sua execução, inclusive implantação e configuração dos softwares e hardwares, em sendo o caso, e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo 2 do Pregão Eletrônico 90002/2026.

_____/_____, de _____ de 2026.

Nome do Representante Legal

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026 - TRE/CE
ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alíneas “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021)

1.1. Contratação de serviços de telefonia móvel institucional no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), redes móveis 4G/5G com planos corporativos, com fornecimento de aparelhos celulares em regime de comodato, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	<ul style="list-style-type: none">Assinatura;Chamadas de voz ilimitadas para números fixos e móveis de qualquer operadora no território nacionalGestão e Autosserviço.Tarifa Zero SMS	26387	Serviço	147 linhas

NATUREZA DO OBJETO

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por se tratar de objeto com padrões técnicos amplamente definidos no mercado, regulado pela Anatel e ofertado por diversas operadoras em condições similares, o que assegura ampla concorrência e competitividade. As especificações do serviço, como franquia de dados, chamadas ilimitadas e cobertura de rede, são claras, objetivas e mensuráveis, dispensando a elaboração de projeto básico ou soluções customizadas. Trata-se de serviço de baixa complexidade técnica, com execução padronizada, e que não demanda desenvolvimento específico ou alto grau de especialização.

1.3. Havendo divergências entre as especificações constantes deste Termo de Referência e aquelas cadastradas no CATSER informado, prevalece o especificado neste instrumento.

VIGÊNCIA

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. A vigência justifica-se na necessidade permanente do serviço, uma vez que se trata de serviço essencial à manutenção das atividades administrativas do Tribunal, vedada a majoração pela contratada do valor contratual, que será atualizado, anualmente, conforme previsão deste Termo de Referência, antecedido de verificação da manutenção da vantajosidade do contrato, aferido por cotação de mercado.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

REAJUSTE

1.6. O valor da proposta vencedora será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou por índice que venha a substituí-lo, após um ano da data do orçamento estimado (§7º, artigo 25, Lei nº 14.133/2021).

1.7. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. A descrição do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

CICLO DE VIDA

3.2. Durante o ciclo de vida da contratação, a solução incluirá serviços de manutenção e assistência técnica, com:

- Reposição de aparelhos defeituosos, mediante serviço de assistência autorizada;
- Atendimento técnico dedicado ao órgão contratante;
- Acesso à plataforma de gestão de contas (Conta Online), com funcionalidades de controle e geração de relatórios.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021)

SUSTENTABILIDADE

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Gestão de resíduos eletrônicos (e-lixo)

- Obrigatoriedade: A contratada deverá implementar sistema de logística reversa, nos termos da Lei nº 12.305/2010 e do Decreto nº 10.240/2020, para recolhimento e destinação ambientalmente adequada de todos os aparelhos substituídos, danificados ou obsoletos, bem como de seus acessórios e baterias.
- Comprovação: A destinação final deverá ser comprovada por meio de certificados de recebimento, reciclagem ou descarte ambientalmente correto, emitidos por empresa licenciada pelo órgão ambiental competente.

4.1.2. Eficiência energética e uso racional de recursos

- Especificações mínimas:
- Infraestrutura de rede: A contratada deverá priorizar tecnologias de transmissão de dados e voz que otimizem o consumo energético, como 4G+ e 5G com perfis de economia de energia.

SUBCONTRATAÇÃO

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. Todos os aparelhos fornecidos em regime de comodato deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, incluindo baterias e acessórios, devendo a substituição de equipamentos defeituosos ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da comunicação formal da Administração, sem qualquer ônus adicional.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

5.1.2. Neste prazo se incluem as seguintes etapas:

- Entrega dos aparelhos celulares novos;
- Ativação das 147 linhas móveis com os planos contratados, considerando os procedimentos para portabilidade;
- Vinculação dos dispositivos à plataforma de gestão de contas;
- Testes de conectividade e funcionalidade dos serviços.
- Disponibilização de acesso à plataforma de gestão para acompanhamento pelo fiscal do contrato do uso dos aparelhos e retiradas da fatura mensal.

5.1.3. Operação Contínua (mensal):

- Prestação dos serviços de telefonia móvel com chamadas ilimitadas, franquia de dados e demais funcionalidades contratadas;
- Os serviços devem ser prestados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções imprevistas e, caso programadas, deverão ser devidamente acordadas com o gestor do contrato;
- Monitoramento contínuo do consumo por linha e geração de relatórios mensais;
- Aplicação de bloqueios administrativos conforme demanda da Administração;
- Atendimento técnico remoto e presencial, conforme necessidade;
- Todas as solicitações de serviços ou pedidos de informação recebidos pela CONTRATADA, e que não possam ser efetivados de imediato, devem ser respondidos em até 3 (três) dias úteis;
- Em nenhum caso o atendimento deverá se dar em mais de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação da CONTRATANTE, realizado pelo fiscal por correspondência eletrônica ou protocolo próprio da CONTRATADA;
- Em caso de defeito do celular durante a execução do contrato, é obrigatória a troca ou reparo do aparelho por assistência técnica

autorizada, nos prazos definidos por ela, com disponibilização imediata de aparelho reserva.;

- Reparar ou corrigir, às suas expensas, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- A CONTRATADA deve dispor de meios para identificar a existência de fraudes, em especial àquelas consistentes na utilização de Estação Móvel sem a regular ativação utilizando código de acesso a outra Estação Móvel;
- As chamadas deverão ser realizadas com boa qualidade de transmissão, em níveis de volume adequados, sem ruídos ou interferências e com baixa incidência de queda das ligações (inferior 25 ou segundo regra da Anatel mais rigorosa);
- A empresa vencedora deverá disponibilizar os mesmos números atualmente utilizados pela CONTRATANTE, ou seja, será exercida com facilidade a portabilidade das linhas, caso ocorra alteração de operadora em decorrência do processo licitatório, obedecendo as normas e regras da Anatel, permitindo as TRE-CE manter os números telefônicos utilizados

5.1.4 Gestão e Fiscalização (mensal e contínua):

- Acompanhamento da execução contratual por fiscal designado;
- Registro de ocorrências e não conformidades;
- Comunicação formal entre contratada e Administração por meio de plataforma digital, emails e ordens de serviço.

LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.2. Os aparelhos celulares utilizados nesse serviço serão distribuídos nos seguintes endereços:

RUA RAIMUNDO INÁCIO, 46 – CENTRO – SEDE CEP 63380000	92ª ZONA ELEITORAL - BARRO
VILA SÃO JOSÉ – S/N	Posto de Atendimento de Ipaumirim
RUA INTERVENTOR FRANCISCO ERIVANO CRUZ, 75 – CENTRO CEP 63010015	119ª ZONA ELEITORAL - JUAZEIRO DO NORTE
RUA INTERVENTOR FRANCISCO ERIVANO CRUZ, 75 – CENTRO CENTRO CEP 63010015	FÓRUM ELEITORAL DE JUAZEIRO DO NORTE
RUA INTERVENTOR FRANCISCO ERIVANO CRUZ, 75 – CENTRO	28ª ZONA ELEITORAL - JUAZEIRO DO NORTE
TRAVESSA ARISTIDES ANCILON AIRES DE ALENCAR, 51 – CENTRO CENTRO CEP 63010015	Posto de Atendimento de Jardim
RUA JOAQUIM EDILMAR AMARO, 150 – BUGI	13ª ZONA ELEITORAL - IGUATU
RUA CEL JOÃO CÂNDIDO – CENTRO, Cedro-CE	Posto de Atendimento de Cedro
BR 230, KM 38 – ALÉM RIO – SEDE CEP 63300000	14ª ZONA ELEITORAL - LAVRAS DA MANGABEIRA
RUA FRANCISCO MACIEL DA SILVA –2.198 CENTRO CEP 63430000	15ª ZONA ELEITORAL - ICÓ
AV. JOSÉ FARES LOPES – CENTRO	Posto de Atendimento de Orós
RUA DESEMBARGADOR JUVÊNCIO SANTANA, 222 – CENTRO CEP 63200000	16ª ZONA ELEITORAL - MISSÃO VELHA
RUA CORONEL FRANCISCO GOMES S/N – CENTRO CEP 63140000	18ª ZONA ELEITORAL - ASSARÉ
RUA SETE DE SETEMBRO , 72– CENTRO CEP 63250000	26ª ZONA ELEITORAL - MILAGRES
RUA TEODORICO TELES NETO S/N – MIRANDÃO CEP 63125220	27ª ZONA ELEITORAL - CRATO
RUA ZUCA SAMPAIO S/N – FÓRUM DE BARBALHA - VILA SANTO ANTONIO CEP 63090686	31ª ZONA ELEITORAL - BARBALHA
RUA JOSÉ VALMIR DE ANDRADE, 91 B– CENTRO CEP 63150000	38ª ZONA ELEITORAL - CAMPOS SALES
RUA JOSÉ FACUNDO FILHO, S/N– CENTRO PLANALTO – SEDE CEP 63580000	43ª ZONA ELEITORAL – JUCÁS
RUA VEREADOR ELÍSIO FLORENTINO TEIXEIRA, S/N– CENTRO	Posto de Atendimento de Saboeiro
RUA DR. JOSÉ MAURÍCIO PEQUENO, N. 177 – CAJUEIRO CEP 63165000	53ª ZONA ELEITORAL - NOVA OLINDA
RUA JOSÉ ALVES FEITOSA, 244 – CENTRO PATOS CEP 63540000	62ª ZONA ELEITORAL - VARZEA ALEGRE

RUA CORONEL MANOEL PINHEIRO DE ALMEIDA, 02 – CENTRO	Posto de Atendimento de Farias Brito
AV. ANTONIO VALENTIM DE OLIVEIRA, S/N - FÓRUM ESTADUAL – CENTRO CEP 63170000	68ª ZONA ELEITORAL - ARARIPE
RUA JOSÉ DOS SANTOS, 46 – CENTRO SEDE CEP 63360000	69ª ZONA ELEITORAL - AURORA
RUA NECO JACINTO, N. 136 - SAO FRANCISCO-SEDE CEP 63260000	70ª ZONA ELEITORAL - BREJO SANTO
RUA CORONEL BOTELHO 413 – CENTRO CEP 63220000	71ª ZONA ELEITORAL - CARIRIAÇU
RUA ALCIDES MARQUES DA SILVA, S/N – CENTRO-SEDE CEP 63210000	76ª ZONA ELEITORAL - MAURITI
RUA CEL. SIMPLÍCIO BEZERRA 32 – CENTRO CEP 62970000	86ª ZONA ELEITORAL - ALTO SANTO
RUA JOSÉ DE HOLANDA MORAES, 107 – CENTRO	Posto de Atendimento de Iracema
RUA MAIA ALARCON, 329 – CENTRO CEP 62960017 – CENTRO	91ª ZONA ELEITORAL - TABULEIRO DO NORTE
RUA ELPIDIO RODRIGUES N 367 – CENTRO CEP 63740000	99ª ZONA ELEITORAL - NOVO ORIENTE
RUA JOSÉ DE MORAIS FEITOSA S/N CAICARA CEP 63575000	101ª ZONA ELEITORAL - AIUBA
AV. 8 DE NOVEMBRO, 740- CEP 63475000 CENTRO	10ª ZONA ELEITORAL - JAGUARIBE
AV. DR. MIGUEL PINTO, 423 CEP 63800000 -CENTRO	11ª ZONA ELEITORAL - QUIXERAMOBIM
AVENIDA FRANCISCO FRANÇA CAMBRAIA, N.505 – CENTRO CEP 63600000	12ª ZONA ELEITORAL - SENADOR POMPEU
RUA HENRIQUETA ARAÚJO SERRA, 213- CEP 63660000 TAUAZINHO	19ª ZONA ELEITORAL - TAUÁ
BR 226, KM 03 -Nº 1300 CEP 63707800 VENANCIOS	20ª ZONA ELEITORAL - CRATEÚS
AV. CEL FRANCISCO REMÍGIO, 440 – CEP 62930037 CENTRO	29ª ZONA ELEITORAL - LIMOEIRO DO NORTE
RUA JOÃO FACUNDES BONFIM, 166 CEP 63640000 – CENTRO	39ª ZONA ELEITORAL - INDEPENDÊNCIA
RUA SILVINO SÁ BENEVIDES LOPES, S/N CEP 63610000 – CENTRO	46ª ZONA ELEITORAL - MOMBAÇA
RUA IARA MACHADO MARANHÃO , S/N CEP 63620000–SANTA TEREZA CENTRO	55ª ZONA ELEITORAL - SOLONÓPOLE
RUA FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, 115 CEP 63630000 -POSTO 2	59ª ZONA ELEITORAL - PEDRA BRANCA
RUA VEREADOR PAULO FLORENTINO, 394 – SÃO FRANCISCO	60ª ZONA ELEITORAL - ACOPIARA
RUA AGRONOMANDO RANGEL, 615 CEP 63870000 BOAVIAGINHA– CENTRO	63ª ZONA ELEITORAL - BOA VIAGEM
RUA RIACHO DO SANGUE, 186 CEP 63480000 – CENTRO	72ª ZONA ELEITORAL - JAGUARETAMA
RUA PADRE QUILIANO, 57 – CENTRO	5ª ZONA ELEITORAL – BATURITÉ (Pacoti)
TRAVESSA ANTÔNIO JOSÉ CORREIA, 134 – JENIPAPEIRO 1	67ª ZONA ELEITORAL – ARACOIABA (Ocara)
RUA JOAQUIM FACÓ, 208 - NOVO PLANALTO CEP 62840000	84ª ZONA ELEITORAL - BEBERIBE
RUA EDUARDO SÁ S/N CEP 61760515 – JABUTI	88ª ZONA ELEITORAL – EUSEBIO
AV. CORONEL ALEXANZITO, 1031 CEP 62850000 – CENTRO	8ª ZONA ELEITORAL - ARACATI

RUA DR, PONTES NETO 800, CEP 60813-600 FORTALEZA – LUCIANO CAVALCANTE	01ª ze, 02ª ze, 03ª ze, 80ª ze, 82ªze, 83ª ze, 85ª ze, 93ª ze, 94ª ze, 95ª ze, 112ª ze, 113ª ze, 114ª ze, 115ª ze, 116ª ze, 117ª ze, 118ª ze, DIFOR, POLOF e demais unidades do Tribunal (ASCOM, ASINT, CEATE, COJUD, CPROC (SJU), NEP, NUE/COEDE, OUVIDORIA, SAPRE, SCR/GACRE, SEAPE, SJU/GASEJ, SJU/GASEJ, SPRO1, SPRO2, SPROC)
RUA PROFESSOR SILVA NOVO, 291 CEP 62690000 – CENTRO	97ª ZONA ELEITORAL - TRAIRI
AVENIDA IRMÃ MARIA DAS GRAÇAS, 294 CEP 62900000– CENTRO	9ª ZONA ELEITORAL - RUSSAS
AV. YOLANDA PONTES VIDAL QUEIROZ, 57, CEP 61900410 TÉRREO - TORRE 2, MARACANAÚ. - CONJUNTO JEREISSATI I	DIRETORIA DO FÓRUM ELEITORAL DE MARACANAÚ 122ª
AV. YOLANDA PONTES VIDAL QUEIROZ, 57, CEP 61900410 TÉRREO - TORRE 2, MARACANAÚ. - CONJUNTO JEREISSATI I	104ª ZONA ELEITORAL – MARACANAÚ
RUA JOSÉ SARAIVA SOBRINHO, S/N CEP 62748000 – CENTRO	105ª ZONA ELEITORAL - CAPISTRANO
RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA , 525– CAMPO DE AVIAÇÃO cep 62680000	109ª ZONA ELEITORAL - PARACURU
AV. CEL. FRANCISCO LINHARES S/N CEP 62730000 – CENTRO	111ª ZONA ELEITORAL - CARIDADE
RUA JOSÉ ROCHA, 483 CEP 61600070 – CENTRO	120ª ZONA ELEITORAL - CAUCAIA
RUA JOSÉ ROCHA, 483 CEP 61600070 – CENTRO	123ª ZONA ELEITORAL - CAUCAIA
RUA CÉLIO MARTINS, 714 - IMACULADA CONCEIÇÃO CEP 62700000	33ª ZONA ELEITORAL - CANINDÉ
RUA JOSÉ OURIVES, 180 – CENTRO CEP 62670000	36ª ZONA ELEITORAL - SÃO GONÇALO DO AMARANTE
RUA CORONEL CORREIA, 1540 CEP 61600004 – CENTRO	37ª ZONA ELEITORAL - CAUCAIA
RUA CEL. MANOEL HONORATO, 93 – CENTRO CEP 62940000	47ª ZONA ELEITORAL - MORADA NOVA
RUA CORONEL CÍCERO NOGUEIRA, 363 CEP 62870000 – CENTRO	49ª ZONA ELEITORAL - PACAJUS
RUA MAJOR AGOSTINHO, 672 - CENTRO – MARANGUAPE CEP 61940090	4ª ZONA ELEITORAL - MARANGUAPE
RUA ANTÔNIO MARTINS BANDEIRA, S/N CEP 62640000ACAMPAMENTO	50ª ZONA ELEITORAL - PENTECOSTE
RUA PADRE BARROS, 264 CEP 62790000– CENTRO	52ª ZONA ELEITORAL - REDENÇÃO
Rua João Ferreira Pinto, 51 CEP 61801375– CARNAUBINHA	57ª ZONA ELEITORAL - PACATUBA
RUA PADRE ANTÔNIO PINTO, S/N CEP 62760000 – CENTRO	5ª ZONA ELEITORAL - BATURITÉ
RUA FRANCISCO CÂMARA, 144 CEP 61700000– CENTRO	66ª ZONA ELEITORAL - AQUIRAZ
AV. TIRADENTES, 1449 CEP 62750000 – CENTRO	67ª ZONA ELEITORAL - ARACOIABA
AVENIDA PLÁCIDO CASTELO, N. 2.028, CENTRO - CEP63900162	6ª ZONA ELEITORAL - QUIXADÁ
RUA CORONEL RAIMUNDO FRANCISCO, 1410 CEP 62823000 -CENTRO	75ª ZONA ELEITORAL - JAGUARUANA
RUA ANA NOGUEIRA LOPES, 202 -CEP 62880016 GAMELEIRA	78ª ZONA ELEITORAL - HORIZONTE
RUA JORNALISTA JOÃO LOPES FERREIRA FILHO, 2665 - RIO NOVO CEP 62850000	7ª ZONA ELEITORAL - CASCAVEL
RUA JESUÍTA ADEODATO, S/N CEP 63750000 – CENTRO	61ª ZONA ELEITORAL - TAMBORIL

AV. JOSÉ CASSIMIRO DE ALBUQUERQUE, S/N, CEP 62260000 FÓRUM – CARÃO	79ª ZONA ELEITORAL - RERIUTABA
RUA MARTINS TEIXEIRA, 1310 CEP 62540000– TORRE	89ª ZONA ELEITORAL - AMONTADA
RUA. SANTA CRUZ, S/N CEP 62570000 – CENTRO – SEDE	96ª ZONA ELEITORAL - BELA CRUZ
AVENIDA RIOS – CENTRO	98ª ZONA ELEITORAL - ITAREMA
AV. DR. GUARANY, 230 – JOCELY DANTAS CEP 62042030 CENTRO	DIRETORIA DO FÓRUM ELEITORAL DE SOBRAL
AV. DR. GUARANY, 230 - JOCELY DANTAS CEP 62042030	121ª ZONA ELEITORAL – SOBRAL
AV. DR. GUARANY, 230 – JOCELY DANTAS CEP 62042030 CENTRO	24ª ZONA ELEITORAL – SOBRAL
RUA MAJOR FIEL, 299 CEP 62420000 - CENTRO	108ª ZONA ELEITORAL - CHAVAL
RUA TENENTE JOSÉ VICENTE, 20 BOA VISTA – CEP 62508375	17ª ZONA ELEITORAL - ITAPIPOCA
RUA JOÃO ANASTÁCIO MARTINS, 935 - REINO DE FRANCA CEP 62250000	21ª ZONA ELEITORAL - IPU
RUA IRINEU PINTO DA SILVEIRA 262 – CASTELO CEP 62370000	22ª ZONA ELEITORAL – SÃO BENEDITO
AV. MAJOR SALES – CENTRO	23ª ZONA ELEITORAL - URUBURETAMA
RUA JOÃO DE PAULA FILHO, 193, CEP 62650000 ALTOS-CENTRO	23ª ZONA ELEITORAL – URUBURETAMA (SÃO Lúí do Curu)
RUA VALDEMIRO CAVALCANTE, S/N – CENTRO CEP 62430000	25ª ZONA ELEITORAL – GRANJA
RUA JOSE JULIO LOUZADA, 56 – CENTRO CEP 62580000	30ª ZONA ELEITORAL - ACARAÚ
RUA SANTOS DUMONT, 1066 CEP 62400000 – CENTRO	32ª ZONA ELEITORAL - CAMOCIM
RUA FONTENELE SOBRINHO - S/N – CENTRO CEP 62300000	35ª ZONA ELEITORAL - VIÇOSA DO CEARÁ
RUA CORONEL GUILHERMINO, S/N – CENTRO CEP 62230000	40ª ZONA ELEITORAL - IPUEIRAS
RUA DOM AURELIANO MATOS, 1758 CEP 62230000 - CENTRO	41ª ZONA ELEITORAL - ITAPAJÉ
RUA DR. MANOEL JOAQUIM, S/N JOÃO ALFREDO – CENTRO	44ª ZONA ELEITORAL - SANTANA DO ACARAÚ
RUA RAQUELINA PONTES, 304 CEP 62140000 – CENTRO	45ª ZONA ELEITORAL – MASSAPÉ
RUA LEONARDO ARAUJO, S/N CEP 62200000 – PATRONATO	48ª ZONA ELEITORAL - NOVA RUSSAS
RUA MONSENHOR FURTADO, 512 CEP 62280000 -CENTRO	54ª ZONA ELEITORAL - SANTA QUITÉRIA
AVENIDA FRANCISCO CAMILO, S/N - CENTRO – CEP 62160000	64ª ZONA ELEITORAL - COREAÚ
RUA VER. MANOEL HONÓRIO DE BRITO – QD73	65ª ZONA ELEITORAL - CARIRÉ
RUA PROFESSORA SINHÁ MELO S/N CEP 62360000 - PRAÇA DO ESTÁDIO	73ª ZONA ELEITORAL - IBIAPINA
RUA LAURENTINO DE OLIVEIRA MEMÓRIA, 21 – CENTRO CEP 62380000	74ª ZONA ELEITORAL - GUARACIABA DO NORTE
AV. JOSE CASSIMIRO DE ALBUQUERQUE S/N CEP 62260000 – CARÃO	79ª ZONA ELEITORAL - RERIUTABA
AV. JOSE CASSIMIRO DE ALBUQUERQUE – CARÃO	79ª ZONA ELEITORAL – RERIUTABA (Mucambo)
AVENIDA MOISÉS MOITA, 555 NENÉ PLÁCIDO CEP 62327335	81ª ZONA ELEITORAL - TIANGUÁ

5.3. Os serviços devem ser prestados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções imprevistas e, caso programadas, deverão ser devidamente acordadas com o gestor do contrato;

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. 147 (cento e quarenta e sete) aparelhos celulares novos fornecidos em comodato, com as seguintes especificações técnicas:

- Processador octa-core, com desempenho intermediário ou superior (ex: Snapdragon série 7, MediaTek Dimensity ou equivalentes);
- Memória RAM de 6 GB ou 8 GB, com expansão virtual via RAM Plus;
- Armazenamento interno de 128 GB ou 256 GB, expansível via microSD;
- Sistema operacional Android 13 ou superior, devendo o modelo ofertado possuir garantia de atualização de segurança e de sistema pelo fabricante por, no mínimo, dois anos, cabendo à licitante apresentar documentação comprobatória (catálogos, política oficial do fabricante etc.);
- Conectividade 5G, Wi-Fi Dual Band, Bluetooth 5.1+, NFC e USB-C;
- Compatibilidade com políticas institucionais de segurança da informação, incluindo suporte a MDM, criptografia e bloqueio remoto.

5.4.2. Acessórios: carregador bivolt, cabo USB, extrator de chip (quando aplicável), manual de instruções de uso do aparelho em português (impresso em papel ou online);

5.4.3. Os dispositivos fornecidos continuarão sendo de propriedade da CONTRATADA, devendo ser recolhidos por ela após o encerramento do contrato ou quando forem substituídos, no prazo de 60 dias;

5.4.4. Em caso de roubo, furto e extravio do aparelho, o responsável pelo celular deverá ressarcir o valor correspondente ao dano causado, mediante pagamento via GRU, ao TRE-CE;

5.4.5. Em caso de roubo, furto ou extravio do aparelho, a CONTRATADA deverá providenciar a reposição ou substituição do celular, informando ao Fiscal os custos envolvidos;

5.4.6. Os custos mencionados no subitem anterior deverão ser consolidados e incluídos na Nota Fiscal do mês subsequente para o devido pagamento;

5.4.7. Em caso de danificação do aparelho, a CONTRATANTE ficará responsável por tomar as medidas cabíveis, junto ao Responsável portador do celular para a manutenção/troca do aparelho;

5.4.8. Os sistemas operacionais e os softwares embarcados nos dispositivos/equipamentos que forem fornecidos devem estar atualizados e licenciados para as funcionalidades contratadas, se proprietárias;

5.4.9. O local de entrega e recolhimento dos aparelhos será na sede do Tribunal situado na rua Doutor Pontes Neto, nº 800, bairro Eng. Luciano Cavalcante;

5.4.10. Os serviços de Telecomunicações Móvel Pessoal (SMP) deverão ser de característica pós-pago, tecnologia digital, em Área de Prestação Nacional, diretamente ou por redes associadas;

5.4.11. Após a atingir o limite da franquia mensal o tráfego de dados a velocidade poderá ser reduzida, porém o serviço não pode deixar de ser disponibilizado;

5.4.12. A comprovação de atendimento da cobertura solicitada dar-se-á por declaração da licitante que atende aos requisitos de cobertura, sendo considerada infração o não cumprimento dos requisitos de cobertura;

5.4.13. Fornecimento de Sim Card's (chips) devidamente habilitado para utilizar o serviço móvel pessoal e rede de dados a serem contratados, a menos que a CONTRATANTE solicite algum bloqueio específico;

5.4.14. Os Sim Card's deverão ser fornecidos preferencialmente no formato simples, de duplo ou triplo corte, permitindo sua utilização em aparelhos para mini, micro ou nano-SIM;

5.4.15. A contratação objeto deste documento inclui o fornecimento de aparelho Smartphone homologado pela Anatel, com sistema operacional Android ou IOS, versão atualizada.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1 Números para portabilidade:

085-99157-6968 085-99156-6563 085-99158-1109 085-99158-9348 085-99157-8568 085-99158-4297 088-99237-1590 085-99158-2351 088-99237-3787 088-99235-9135 088-99235-7962 088-99241-9857 088-99238-9802 088-99236-6412 088-99236-9284 088-99242-2967 088-99243-1142 088-99243-1607 088-99243-2194 088-99237-9560 088-99239-4743 088-99237-0950 088-99237-7711 088-99243-2469 088-99236-7090 085-99157-9651 085-99157-9172 088-99238-1297 088-99239-9472 088-99236-3868 088-99238-0391 088-99235-9821 088-99238-8751 088-99238-4768 088-99243-3015 088-99239-8885 085-99158-6260 088-99243-3245 085-99156-3110 085-99156-1332 088-99243-3663 088-99242-2106 088-99238-8853 085-99156-8923 088-99239-3115 088-99235-7706 088-99239-7081 088-99236-5442 085-99157-8768 085-99156-4057 085-99158-8943 088-99236-4660 088-99238-3922 085-99156-7184 088-99237-3340 088-99242-7216 088-99238-7213 088-99238-2531 088-99238-5952 088-99242-5342 088-99239-1282 085-99155-9622 085-99157-4371 088-99239-8864 088-99243-5668 088-99239-3405 088-99243-6756 088-99236-5241 088-99236-3253 088-99237-8022 088-99241-4933 088-99243-4197 085-99158-2062 088-99237-4475 088-99237-4475 085-99158-8582 088-99243-7916 088-99238-4472 085-99157-2194 085-99157-3170 085-99158-5523 085-99158-3760 088-99238-8023 088-99238-9266 085-99158-9572 088-99239-0294 088-99237-1937 088-99238-1627 085-99158-1439 085-99158-7232 085-99157-0140 088-99238-5564 085-99155-7025 088-99237-7973 088-99238-8946 088-99238-6433 085-99157-5516 085-99158-8215 088-99243-9643 085-99156-5723 085-99158-9763 085-99158-5085 085-99157-1177 085-99158-2628 085-99158-2801 085-99158-6697 085-99158-0162 085-99157-7623 088-99237-9060 088-99237-2628 085-99156-2963 088-99239-2789

085-99156-4135 085-99126-6832 085-99158-8811 085-99157-8188 085-99270-8642 085-99194-1811 085-99125-4807 085-99126-0527
085-99157-7828 085-99203-8914 085-99157-6270 088-99238-1766 088-99236-1627 085-99187-5590 085-99197-6450 085-99195-4215
085 99189-7256 085-99430-6318 085-99249-4998 085-99244-7779 085-99266-2335 085-99158-7658 085-99158-4297 085-99236-4933
085-99196-1380 085-99193-3764 085-99199-4899 085-99195-4215 085-99201-9972 085-99188-9398 085-99192-4862 085-99203-5404

5.5.2 Divisão por DDD:

DDD 085	5ª ZONA ELEITORAL – BATURITÉ (Pacoti)
	84ª ZONA ELEITORAL - BEBERIBE
	88ª ZONA ELEITORAL – EUSEBIO
	8ª ZONA ELEITORAL - ARACATI
	Fortaleza (01ª ze 02ª ze 03ª ze 80ª ze 82ªze 83ª ze 85ª ze 93ª ze 94ª ze 95ª ze 112ª ze 113ª ze 114ª ze 115ª ze 116ª ze 117ª ze 118ª ze DIFOR POLOF e demias Unidades do Tribunal)
	97ª ZONA ELEITORAL - TRAIRI
	9ª ZONA ELEITORAL - RUSSAS
	DIRETORIA DO FÓRUM ELEITORAL DE MARACANAÚ 122ª
	104ª ZONA ELEITORAL – MARACANAÚ
	105ª ZONA ELEITORAL - CAPISTRANO
	109ª ZONA ELEITORAL - PARACURU
	111ª ZONA ELEITORAL - CARIDADE
	120ª ZONA ELEITORAL - CAUCAIA
	123ª ZONA ELEITORAL - CAUCAIA
	33ª ZONA ELEITORAL - CANINDÉ
	36ª ZONA ELEITORAL - SÃO GONÇALO DO AMARANTE
	37ª ZONA ELEITORAL - CAUCAIA
	47ª ZONA ELEITORAL - MORADA NOVA
	49ª ZONA ELEITORAL - PACAJUS
	4ª ZONA ELEITORAL - MARANGUAPE
	50ª ZONA ELEITORAL - PENTECOSTE
	52ª ZONA ELEITORAL - REDENÇÃO
	57ª ZONA ELEITORAL - PACATUBA
	5ª ZONA ELEITORAL - BATURITÉ
	66ª ZONA ELEITORAL - AQUIRAZ
	67ª ZONA ELEITORAL - ARACOIABA

DDD 088	92ª ZONA ELEITORAL - BARRO
	Posto de Atendimento de Ipaumirim
	119ª ZONA ELEITORAL - JUAZEIRO DO NORTE
	FÓRUM ELEITORAL DE JUAZEIRO DO NORTE
	28ª ZONA ELEITORAL - JUAZEIRO DO NORTE
	Posto de Atendimento de Jardim
	13ª ZONA ELEITORAL - IGUATU
	Posto de Atendimento de CEDRO
	14ª ZONA ELEITORAL - LAVRAS DA MANGABEIRA
	15ª ZONA ELEITORAL - ICÓ
	Posto de Atendimento de Orós
	16ª ZONA ELEITORAL - MISSÃO VELHA
	18ª ZONA ELEITORAL - ASSARÉ
	26ª ZONA ELEITORAL - MILAGRES
	27ª ZONA ELEITORAL - CRATO
	31ª ZONA ELEITORAL - BARBALHA
	38ª ZONA ELEITORAL - CAMPOS SALES
	43ª ZONA ELEITORAL - JUCAS
	Posto de Atendimento de Saboeiro
	53ª ZONA ELEITORAL - NOVA OLINDA
	62ª ZONA ELEITORAL - VARZEA ALEGRE
	Posto de Atendimento de Farias Brito
	68ª ZONA ELEITORAL - ARARIPE
	69ª ZONA ELEITORAL - AURORA
	70ª ZONA ELEITORAL - BREJO SANTO
	71ª ZONA ELEITORAL - CARIRIAÇU
	76ª ZONA ELEITORAL - MAURITI
	86ª ZONA ELEITORAL - ALTO SANTO
	Posto de Atendimento de Iracema
	91ª ZONA ELEITORAL - TABULEIRO DO NORTE
	99ª ZONA ELEITORAL - NOVO ORIENTE
	101ª ZONA ELEITORAL - AIUBA
	10ª ZONA ELEITORAL - JAGUARIBE
	11ª ZONA ELEITORAL - QUIXERAMOBIM
	12ª ZONA ELEITORAL - SENADOR POMPEU
	19ª ZONA ELEITORAL - TAUÁ
	20ª ZONA ELEITORAL - CRATEÚS
	29ª ZONA ELEITORAL - LIMOEIRO DO NORTE
	39ª ZONA ELEITORAL - INDEPENDÊNCIA
	46ª ZONA ELEITORAL - MOMBAÇA
	55ª ZONA ELEITORAL - SOLONÓPOLE
	59ª ZONA ELEITORAL - PEDRA BRANCA
	60ª ZONA ELEITORAL - ACOPIARA
	63ª ZONA ELEITORAL - BOA VIAGEM
	72ª ZONA ELEITORAL - JAGUARETAMA

5.5.3. Atual distribuição dos Aparelhos:

UNIDADE	Número para Portabilidade	Local para Disponibilização
1	085-99157-6968	01ª ze Fortaleza
2	085-99156-6563	02ª ze Fortaleza
3	085-99158-1109	03ª ze Fortaleza
4	085-99158-9348	4ª ZONA ELEITORAL - MARANGUAPE
5	85-99157-8568	5ª ZONA ELEITORAL - BATURITÉ
6	085-99158-4297	5ª ZONA ELEITORAL – BATURITÉ (Pacoti)
7	088-99237-1590	6ª ZONA ELEITORAL - QUIXADÁ
8	085-99158-2351	7ª ZONA ELEITORAL - CASCAVEL
9	088-99237-3787	8ª ZONA ELEITORAL - ARACATI
10	088-99235-9135	9ª ZONA ELEITORAL - RUSSAS
11	088-99235-7962	10ª ZONA ELEITORAL - JAGUARIBE
12	088-99241-9857	11ª ZONA ELEITORAL - QUIXERAMOBIM
13	088-99238-9802	12ª ZONA ELEITORAL - SENADOR POMPEU
14	088-99236-6412	13ª ZONA ELEITORAL - IGUATU
15	088-99236-9284	14ª ZONA ELEITORAL - LAVRAS DA MANGABEIRA
16	088-99242-2967	14ª ZONA ELEITORAL – IGUATU (Cedro)
17	088-99243-1142	15ª ZONA ELEITORAL - ICÓ
18	088-99243-1607	15ª ZONA ELEITORAL – ICÓ (Orós)
19	088-99243-2194	16ª ZONA ELEITORAL - MISSÃO VELHA
20	088-99237-9560	17ª ZONA ELEITORAL - ITAPIPOCA
21	088-99239-4743	18ª ZONA ELEITORAL - ASSARÉ
22	088-99237-0950	19ª ZONA ELEITORAL - TAUÁ
23	088-99237-7711	20ª ZONA ELEITORAL - CRATEÚS
24	088-99243-2469	21ª ZONA ELEITORAL - IPU
25	088-99236-7090	22ª ZONA ELEITORAL – SÃO BENEDITO
26	085-99157-9651	23ª ZONA ELEITORAL - URUBURETAMA
27	085-99157-9172	23ª ZONA ELEITORAL – URUBURETAMA (SÃO Luís do Curu)
28	088-99238-1297	24ª ZONA ELEITORAL – SOBRAL
29	088-99239-9472	25ª ZONA ELEITORAL – GRANJA
30	088-99236-3868	26ª ZONA ELEITORAL - MILAGRES
31	088-99238-0391	27ª ZONA ELEITORAL - CRATO
32	088-99235-9821	28ª ZONA ELEITORAL - JUAZEIRO DO NORTE
33	088-99238-8751	29ª ZONA ELEITORAL - LIMOEIRO DO NORTE
34	088-99238-4768	30ª ZONA ELEITORAL - ACARAÚ
35	088-99243-3015	31ª ZONA ELEITORAL - BARBALHA
36	088-99239-8885	32ª ZONA ELEITORAL - CAMOCIM
37	085-99158-6260	33ª ZONA ELEITORAL - CANINDÉ
38	088-99243-3245	35ª ZONA ELEITORAL - VIÇOSA DO CEARÁ
39	085-99156-3110	36ª ZONA ELEITORAL - SÃO GONÇALO DO AMARANTE
40	085-99156-1332	37ª ZONA ELEITORAL - CAUCAIA
41	088-99243-3663	38ª ZONA ELEITORAL - CAMPOS SALES
42	088-99242-2106	39ª ZONA ELEITORAL - INDEPENDÊNCIA
43	088-99238-8853	40ª ZONA ELEITORAL - IPUEIRAS
44	085-99156-8923	41ª ZONA ELEITORAL - ITAPAJÉ
45	088-99239-3115	45ª ZONA ELEITORAL – MASSAPE
46	088-99235-7706	46ª ZONA ELEITORAL - MOMBAÇA
47	088-99239-7081	47ª ZONA ELEITORAL - MORADA NOVA
48	088-99236-5442	48ª ZONA ELEITORAL - NOVA RUSSAS
49	085-99157-8768	49ª ZONA ELEITORAL - PACAJUS
50	085-99156-4057	50ª ZONA ELEITORAL - PENTECOSTE
51	085-99158-8943	52ª ZONA ELEITORAL - REDENÇÃO
52	088-99236-4660	53ª ZONA ELEITORAL - NOVA OLINDA
53	088-99238-3922	54ª ZONA ELEITORAL - SANTA QUITÉRIA
54	085-99156-7184	57ª ZONA ELEITORAL - PACATUBA
55	088-99237-3340	59ª ZONA ELEITORAL - PEDRA BRANCA
56	088-99242-7216	60ª ZONA ELEITORAL - ACOPIARA
57	088-99238-7213	61ª ZONA ELEITORAL - TAMBORIL
58	088-99238-2531	62ª ZONA ELEITORAL - VARZEA ALEGRE
59	088-99238-5952	62ª ZONA ELEITORAL - VARZEA ALEGRE (Farias Brito)
60	088-99242-5342	63ª ZONA ELEITORAL - BOA VIAGEM
61	088-99239-1282	64ª ZONA ELEITORAL - COREAÚ
62	085-99155-9622	66ª ZONA ELEITORAL - AQUIRAZ
63	085-99157-4371	67ª ZONA ELEITORAL - ARACOIABA
64	088-99239-8864	68ª ZONA ELEITORAL - ARARIPE
65	088-99243-5668	69ª ZONA ELEITORAL - AURORA
66	088-99239-3405	70ª ZONA ELEITORAL - BREJO SANTO
67	088-99243-6756	71ª ZONA ELEITORAL - CARIRIAÇU
68	088-99236-5241	72ª ZONA ELEITORAL - JAGUARETAMA

UNIDADE	Número para Portabilidade	Local para Disponibilização
69	088-99236-3253	73ª ZONA ELEITORAL - IBIAPINA
70	088-99237-8022	74ª ZONA ELEITORAL - GUARACIABA DO NORTE
71	088-99241-4933	75ª ZONA ELEITORAL - JAGUARUANA
72	088-99243-4197	76ª ZONA ELEITORAL - MAURITI
73	085-99158-2062	78ª ZONA ELEITORAL - HORIZONTE
74	088-99237-4475	79ª ZONA ELEITORAL - RERIUTABA
75	088-99237-4475	79ª ZONA ELEITORAL - RERIUTABA
76	085-99158-8582	80ª ze Fortaleza
77	088-99243-7916	80ª ZONA ELEITORAL – RERIUTABA (Mucambo)
78	088-99238-4472	81ª ZONA ELEITORAL - TIANGUÁ
79	085-99157-2194	82ªze Fortaleza
80	085-99157-3170	83ª ze Fortaleza
81	085-99158-5523	84ª ZONA ELEITORAL - BEBERIBE
82	085-99158-3760	85ª ze Fortaleza
83	088-99238-8023	86ª ZONA ELEITORAL - ALTO SANTO
84	088-99238-9266	86ª ZONA ELEITORAL - ALTO SANTO (Iracema)
85	085-99158-9572	88ª ZONA ELEITORAL - EUSEBIO
86	088-99239-0294	89ª ZONA ELEITORAL - AMONTADA
87	088-99237-1937	91ª ZONA ELEITORAL - TABULEIRO DO NORTE
88	088-99238-1627	92ª ZONA ELEITORAL - BARRO
89	085-99158-1439	93ª ze Fortaleza
90	085-99158-7232	94ª ze Fortaleza
91	085-99157-0140	95ª ze Fortaleza
92	088-99238-5564	96ª ZONA ELEITORAL - BELA CRUZ
93	085-99155-7025	97ª ZONA ELEITORAL - TRAIRI
94	088-99237-7973	98ª ZONA ELEITORAL - ITAREMA
95	088-99238-8946	99ª ZONA ELEITORAL - NOVO ORIENTE
96	088-99238-6433	101ª ZONA ELEITORAL - AIUBA
97	085-99157-5516	104ª ZONA ELEITORAL – MARACANAÚ
98	085-99158-8215	105ª ZONA ELEITORAL - CAPISTRANO
99	088-99243-9643	108ª ZONA ELEITORAL - CHAVAL
100	085-99156-5723	109ª ZONA ELEITORAL - PARACURU
101	085-99158-9763	111ª ZONA ELEITORAL - CARIDADE
102	085-99158-5085	112ª ze Fortaleza
103	085-99157-1177	113ª ze Fortaleza
104	085-99158-2628	114ª ze Fortaleza
105	085-99158-2801	115ª ze Fortaleza
106	085-99158-6697	116ª ze Fortaleza
107	085-99158-0162	117ª ze Fortaleza
108	085-99157-7623	118ª ze Fortaleza
109	088-99237-9060	119ª ZONA ELEITORAL - JUAZEIRO DO NORTE
110	088-99237-2628	119ª ZONA ELEITORAL - JUAZEIRO DO NORTE (Jardim)
111	085-99156-2963	120ª ZONA ELEITORAL - CAUCAIA
112	088-99239-2789	121ª ZONA ELEITORAL – SOBRAL
113	085-99156-4135	123ª ZONA ELEITORAL - CAUCAIA
114	085-99126-6832	ASCOM Fortaleza
115	085-99158-8811	ASINT Fortaleza
116	085-99157-8188	CEATE Fortaleza
117	85-992708642	COGEA
118	85-991941811	COJUD Fortaleza
119	085-99125-4807	CPROC (SJU) Fortaleza
120	085-99126-0527	CPROC (SJU) Fortaleza
121	085-99157-7828	DIFOR Fortaleza
122	85 992038914	DIFOR Fortaleza
123	085-99157-6270	DIRETORIA DO FÓRUM ELEITORAL DE MARACANAÚ 122ª
124	088-9238-1766	DIRETORIA DO FÓRUM ELEITORAL DE SOBRAL
125	088-99236-1627	FÓRUM ELEITORAL DE JUAZEIRO DO NORTE – DIRETORIA DO FÓRUM ELEITORAL DE JUAZEIRO DO NORTE
126	85-991875590	GACRE Fortaleza
127	85 991976450	GAPRE Fortaleza
128	85 991954215	NEP Fortaleza
129	85 991897256	NUE/COEDE Fortaleza
130	085-99430-6318	OUVIDORIA Fortaleza
131	85-992494998	POLOC Juazeiro do Norte (DIFJU)
132	85-992447779	POLON Sobral
133	85-992662335	POLOS Tauá
134	85-991933764	SCR/GACRE Fortaleza
135	85 991994899	SEAPE Fortaleza
136	85-991954215	SEMAN
137	85 992019972	SJU/GASEJ Fortaleza
138	85 991889398	SPRO1 Fortaleza
139	85 991924862	SPRO2 Fortaleza
140	85 992035404	SPROC Fortaleza
141		43ª ZONA ELEITORAL - JUCAS

UNIDADE	Número para Portabilidade	Local para Disponibilização
142		43ª ZONA ELEITORAL – JUCAS (Saboeiro)
143		44ª ZONA ELEITORAL - SANTANA DO ACARAÚ
144		55ª ZONA ELEITORAL - SOLONÓPOLE
145		65ª ZONA ELEITORAL - CARIRÉ
146		67ª ZONA ELEITORAL – ARACOIABA (Ocara)
147		92ª ZONA ELEITORAL – BARRO (Ipaumirim)

5.5.4. Divisão das Localidades por Lotes:

LOTE 1	Quant.	LOTE 2	Quant.	LOTE 3	Quant.	LOTE 4	Quant.
Acaraú	1	Alto Santo	1	Cariré	1	Aiuaba	1
Acopiara	1	Aquiraz	1	Jati	1	Araripe	1
Amontada	1	Aracoiaba	1	Saboeiro	1	Barro	1
Aracati	1	Assaré	1	Solonópole	1	Ibiapina	1
Beberibe	1	Aurora	1			Independência	1
Bela cruz	1	Barbalha	1			Mucambo	1
Brejo Santo	1	Baturité	1			Novo Oriente	1
Camocim	1	Boa viagem	1			Santana do Acaraú	1
Canindé	1	Campos Sales	1			Senador Pompeu	1
Caucaia	3	Capistrano	1				
Crateús	1	Caridade	1				
Crato	1	Caririaçu	1				
Fortaleza	38	Cascavel	1				
Granja	1	Cedro	1				
Guaraciaba do Norte	1	Chaval	1				
Horizonte	1	Coreaú	1				
Icó	1	Eusébio	1				
Iguatu	1	Farias brito	1				
Ipu	1	Ipaumirim	1				
Ipueiras	1	Iracema	1				
Itapipoca	1	Itapajé	1				
Itarema	1	Jaguaretama	1				
Jaguaribe	1	Jucás	1				
Jaguaruana	1	Milagres	1				
Jardim	1	Nova Olinda	1				
Juazeiro do Norte	4	Ocara	1				
Lavras da Mangabeira	1	Orós	1				
Limoeiro do Norte	1	Reriutaba	1				
Maracanaú	2	São Luiz do Curu	1				
Maranguape	1	Tabuleiro do Norte	1				
Massapê	1	Tamboril	1				
Mauriti	1	Uruburetama	1				
Missão Velha	1						
Mombaça	1						
Morada Nova	1						
Nova Russas	1						
Pacajus	1						
Pacatuba	1						
Paracuru	1						
Parambu	1						
Pedra Branca	1						
Pentecoste	1						
Quixadá	1						
Quixeramobim	1						
Redenção	1						
Russas	1						
Santa Quitéria	1						
São benedito	1						
São Gonçalo do Amarante	1						
Sobral	4						
Tauá	2						
Tianguá	1						
Trairi	1						
Várzea Alegre	1						
Viçosa do ceara	1						
TOTAL	102		32		4		9

ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO OBJETO (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

5.6 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8.1 As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, assegurada a distinção das atividades. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 19, §1º)

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

GESTOR DO CONTRATO

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e

pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

OBRIGAÇÕES

6.24. São obrigações da Contratante:

6.24.1. Designar representante (Gestor e Fiscais) com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, determinando o que seja necessário para a regularização das falhas, faltas e defeitos observados;

6.24.2. Comunicar, imediatamente, à empresa qualquer irregularidade ou falha apresentada nos locais onde foram executados os serviços, para refazer os serviços, caso necessário;

6.24.3. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste instrumento e da nota de empenho resultante desta contratação;

6.24.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço realizado em desacordo com as especificações exigidas;

6.24.5. Efetuar o pagamento conforme especificado neste Termo de Referência;

6.24.6. Ressarcir a CONTRATADA, na hipótese de extravio, perda ou roubo do aparelho, o valor do aparelho constante da Nota Fiscal de compra do referido aparelho apresentada pela CONTRATADA;

6.24.7. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em particular no que se refere aos níveis de serviço especificados;

6.24.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;

6.24.9. Providenciar as assinaturas pela CONTRATADA no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Respeito às Normas de Segurança e no Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo;

6.24.10. Garantir, quando necessário, o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para execução dos serviços referentes ao objeto contratado, após o devido cadastramento dos referidos empregados;

6.24.11. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitado pelo preposto da CONTRATADA;

6.24.12. Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor ou fiscal do Contrato;

6.24.13. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.24.14. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

6.24.15. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.

6.24.16. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

6.24.17. Efetuar o pagamento dos serviços de acordo com as condições contratuais, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, e no caso de cobrança indevida, glosar os valores considerados em desacordo com o contrato;

6.24.18. Após a notificação da glosa, a CONTRATADA terá prazo de 15 dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de ter-se por aceita a glosa;

6.24.19. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada;

6.24.20. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

6.24.20.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

6.24.20.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

6.24.21. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

6.24.22. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

6.24.23. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, assegurando à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório;

6.24.24. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

6.24.25. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

6.24.26. Devolver os aparelhos em bom estado de funcionamento, com todos os acessórios, em até 60 dias após o fim do Contrato ou da Renovação dos aparelhos (se for o caso), junto com uma listagem dos IMEIs de todos os aparelhos devolvidos.

6.25 São obrigações da Contratada:

6.25.1. Executar os serviços observando rigorosamente o estabelecido nas normas técnicas correspondentes;

6.25.2. Informar, após a assinatura do contrato, número de telefone, fax e correio eletrônico, bem como o endereço da sede da empresa, a fim de poder receber as notificações e comunicações do TRE-CE;

6.25.3. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

6.25.4. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)). Para a habilitação, o licitante deverá apresentar Declaração indicando o encarregado responsável pela proteção de dados, nos termos do art. 41 da Lei Federal 13.709/18;

6.25.5. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

6.25.6. Fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade adequadas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

6.25.7. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, no âmbito federal ou, estadual, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e cumprir as normas de segurança da CONTRATANTE;

6.25.8. Entregar os aparelhos na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará;

6.25.9. A CONTRATADA deverá fornecer 1 (um) aparelho adicional (smartphone) para cada 100 (cem) aparelhos do mesmo tipo contratado, como unidade de reposição para os casos de ocorrência de defeito. Caso a contratação daquele tipo de aparelho seja maior ou igual a 10 (dez) unidades e não alcance 100 (cem) unidades a CONTRATADA deverá fornecer 1 (um) aparelho adicional de reserva e caso a quantidade de unidades contratadas seja inferior a 10 (dez) unidades não haverá obrigatoriedade de fornecimento de aparelho reserva;

6.25.10. Recolher os aparelhos, em até 60 dias após o fim do contrato, na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará;

6.25.11. Realizar a entrega dos aparelhos e as habilitações das linhas conforme demanda da CONTRATANTE, mediante Ordem de Serviço (OS) ou documento eletrônico. A entrega e habilitação, incluindo a verificação de que os aparelhos constam da lista previamente aprovada, deverão ser efetivadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da solicitação da CONTRATANTE. Esse prazo se refere a possíveis reposições;

6.25.12. Os aparelhos móveis novos serão fornecidos pela CONTRATADA, em regime de comodato, observando-se que não será objeto de pagamento, a título de habilitação, qualquer taxa de serviço para a ativação dos aparelhos;

6.25.13. Os aparelhos móveis novos deverão ser entregues à CONTRATANTE de acordo com os prazos de habilitação definidos deste Termo de Referência, incluindo todos os acessórios necessários à plena utilização dos serviços contratados, tais como carregador de bateria, cabos de dados, manual do usuário etc;

6.25.14. Constatada divergência com a especificação técnica exigida ou qualquer defeito de operação, os respectivos aparelhos serão recusados, ficando a CONTRATADA obrigada a apresentar novo modelo, observado o prazo previsto para a entrega dos aparelhos;

6.25.15. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas;

6.25.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, sistemas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

6.25.17. Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, disponível em horário comercial, aceitando-se a disponibilização de central de atendimento no estilo call center para atendimento específico ao Governo e grandes clientes corporativos;

6.25.18. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

6.25.19. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

6.25.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.25.21. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato, até 02 dias úteis, a contar de sua solicitação;

6.25.22. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

6.25.23. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

6.25.24. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 24 horas úteis após a assinatura do contrato, junto à CONTRATANTE, um preposto idôneo, bem como seu superior imediato, com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;

6.25.24.1. Na hipótese de afastamento do preposto definitivamente ou temporariamente, a CONTRATADA deverá comunicar ao Gestor do Contrato por escrito o nome e a forma de comunicação de seu substituto até o fim do próximo dia útil;

- 6.25.25. Reconhecer o Gestor do Contrato, bem como o Fiscal e outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE, para realizar as solicitações relativas aos contratos a serem firmados, tais como manutenção, configuração, entre outras;
- 6.25.26. Apresentar Nota Fiscal/Fatura com a descrição dos serviços prestados, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela CONTRATANTE;
- 6.25.27. Apresentar mensalmente e de forma gratuita, a critério da CONTRATANTE, juntamente com a Nota Fiscal, detalhamento dos serviços prestados de voz, em arquivo eletrônico compatível com arquivo de texto em formato (TXT, CSV, ODT, ODS) no padrão FEBRABAN (versão 3 ou superior, conforme www.febraban.org.br), ou em papel (caso a contratante solicite explicitamente), incluindo detalhes das chamadas (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, outros) e valor do serviço, que deverá conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório;
- 6.25.28. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
- 6.25.29. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 6.25.30. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência.
- 6.25.31. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço;
- 6.25.32. Caso seja detectado um problema de funcionamento do serviço cuja origem esteja fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará para a CONTRATANTE as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 6.25.33. Providenciar, no prazo máximo de 72 horas, o serviço de troca de número e/ou troca de chip, sem qualquer ônus extra para a CONTRATANTE;
- 6.25.34. Manter em funcionamento contínuo todos os acessos SMP;
- 6.25.35. Providenciar em até 2 dias úteis a reparação, no caso de identificação de clonagem, de forma que não haja interrupção dos serviços, devendo permanecer o mesmo número do chip substituído;
- 6.25.36. Atender às solicitações de serviços de habilitação, troca de número, entrega de aparelhos ou qualquer outro tipo de serviço eventualmente requerido, somente por Preposto designado;
- 6.25.37. Repor o aparelho no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, na hipótese de extravio, perda ou roubo do aparelho, a pedido do Gestor do Contrato, e apresentar a Nota Fiscal do aparelho entregue com vistas ao ressarcimento por parte da CONTRATANTE. Alternativamente à inclusão do valor em fatura para ressarcimento, o Gestor do Contrato poderá optar para que a CONTRATANTE restitua o bem, de mesma marca e modelo ou superior (no caso descontinuação do produto), à CONTRATADA. Nesta opção, quando da restituição, deverá ser entregue à operadora a Nota Fiscal de aquisição do aparelho substituto;
- 6.25.38. Nos casos mencionados no subitem anterior, o valor do aparelho deverá ser estabelecido de acordo com a nota fiscal emitida quando da entrega do novo aparelho e o novo aparelho entregue deverá manter as características do item de "Características Mínimas dos Aparelhos e Acessórios" deste Termo de Referência;
- 6.25.39. Providenciar o serviço referente a bloqueio de linhas móveis quando solicitado pela CONTRATANTE no prazo máximo de 12 horas. A CONTRATADA não poderá cobrar por ligações e/ou serviços a partir da referida solicitação de bloqueio. Tal cobrança apenas poderá ocorrer quando da solicitação de desbloqueio pela CONTRATANTE e o restabelecimento completo da prestação do serviço pela CONTRATADA. Aplica-se neste caso, a regulamentação da ANATEL referente ao prazo de suspensão dos serviços;
- 6.25.40. O bloqueio dos dispositivos móveis somente poderá ser executado por solicitação de representante credenciado da CONTRATANTE, uma vez a cada 12 meses, pelo prazo mínimo de 30 dias e máximo de 120 dias. A CONTRATADA tem o prazo de 24 horas para atender o pedido, nos termos da Resolução nº 426/2005 da Anatel;
- 6.25.41. A contratada deverá providenciar, sempre que houver necessidade de reparo de aparelhos defeituosos, a imediata disponibilização de aparelho reserva, de modelo e capacidade equivalentes, de forma a garantir a continuidade dos serviços. O reparo ou a substituição definitiva do equipamento será realizado por meio da assistência técnica autorizada do fabricante, observando suas condições e prazos operacionais. No entanto, essa circunstância não poderá gerar qualquer ônus adicional para a contratante. Constatado, por meio de laudo técnico, que o defeito não decorre de mau uso, a contratada deverá realizar a substituição definitiva do aparelho, sem comprometer o quantitativo de aparelhos reservas, assegurando a reposição com modelo equivalente ou superior.
- 6.25.42. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 6.25.43. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.25.44. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- 6.25.45. Responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação;
- 6.25.46. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 6.25.47. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;
- 6.25.48. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram à CONTRATADA, independente de solicitação;
- 6.25.49. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 6.25.50. Possibilitar à CONTRATANTE, na condição de assinante viajante, receber a prestação do serviço SMP, em redes de outras

operadoras de serviço sem custo adicional;

6.25.51. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

6.25.52. Realizar a migração, sem ônus, para nova tecnologia que a CONTRATADA venha a disponibilizar para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), mediante solicitação da CONTRATANTE e desde que:

(i) os aparelhos fornecidos tenham suporte para ela;

(ii) não ocorra desequilíbrio financeiro do contrato; e

(iii) a tecnologia anterior seja descontinuada ou ofereça riscos à manutenção do fornecimento do objeto. Caso contrário, essa nova tecnologia deverá ser fornecida para os incrementos de novos acessos e nas trocas de aparelhos previstas no presente Termo de Referência;

6.25.53. Sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/21, quais sejam, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme deliberação do Comitê Estratégico do TRE-CE;

6.25.54. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

6.25.55. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

6.25.56. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;

6.25.56.1. A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços da CONTRATADA ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas;

6.25.56.2. A CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso, constante no Anexo II deste Termo de Referência, com declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão ou entidade em razão do trabalho vinculado ao contrato assinado. Pela mesma razão a CONTRATADA deverá providenciar o Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo e respeito às normas vigentes no órgão ou entidade, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação;

6.25.57. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita; e

6.25.58. Cumprir outras obrigações que se apliquem, de acordo com o objeto da contratação.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, da Lei nº 14.133/2021)

MEDIÇÃO

7.1. A empresa deverá apresentar mensalmente, para fins de liquidação e pagamento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de vencimento, por meio eletrônico ou disponibilização em portal próprio fatura/nota fiscal dos serviços telefônicos prestados;

7.2. A fatura/nota fiscal a ser apresentada deverá compreender demonstrativo de utilização dos serviços telefônicos no período considerado, evidenciando, no mínimo, cada linha telefônica, a identificação individual das chamadas locais de longa distância nacional realizadas e indistintamente, das chamadas destinadas a aparelhos móveis, com especificação do horário, tempo de duração e os correspondentes valores tarifados (constando tarifação e contagem de minutos individual e total por tipo de chamada);

7.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da nota fiscal/fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados;

7.4 Na hipótese de cobrança indevida de ligações telefônicas, a CONTRATADA deverá reapresentar fatura/nota fiscal adequadamente corrigida, isenta dos vícios originais, com a fixação de novo prazo de vencimento para a realização do correspondente pagamento;

7.5 Os serviços telefônicos deverão ser reconhecidos e cobrados dentro do prazo máximo definido em regulamentação específica da ANATEL. Os serviços faturados fora do prazo regulamentar não obrigam a contratante a quitá-los, sendo que sua fiel observância representa exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

7.6. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição 7. de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I;

7.6.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.6.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.6.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.6.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

7.6.7. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

RECEBIMENTO

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 22, X e 23, VII do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das

avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.6.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

7.6.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22 e 23 do Decreto nº 11.246, de 2022);

7.8. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

7.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.11. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

7.12. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.12.2. A Contratada fica obrigada de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os celulares em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções percebidas no recebimento do material, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

7.12.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021);

7.12.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

7.12.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 7 (sete) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução

do objeto ou no instrumento de cobrança;

7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

LIQUIDAÇÃO

7.18 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.18.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.19 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.20 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.21 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.22 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, após o pagamento, será encaminhado o processo à Secretaria de Administração, ocasião na qual será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.24 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.25 No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.25.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: **EM = I x N x VP**

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

FORMA DE PAGAMENTO

7.26 O pagamento será realizado preferencialmente por ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sob a mesma titularidade. Alternativamente, poderá ser efetuado mediante apresentação de boleto bancário com código de barras, desde que emitido em nome do contratado e contendo os dados exigidos pela Instrução Normativa SRF nº 1234/2012, incluindo o valor bruto, os tributos incidentes e o valor líquido a ser pago, observadas as retenções legais aplicáveis.

7.27 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 - DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por Lote;

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.3.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação

em todo o território nacional;

8.3.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.8 Ato de autorização para o exercício da atividade de Serviço Telefonia Móvel, expedido pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**.

8.3.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5 Prova de regularidade com a Fazenda [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4.8 A etapa de habilitação compreenderá ainda:

8.4.8.1 Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU;

8.4.8.2 Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

8.4.8.3 Consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal;

8.4.8.4 Consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante;

8.4.8.5 Consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União.

8.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.5.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

8.5.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.5.3 Nos casos de entrega parcelada, caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.5.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

8.5.5 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º)

8.5.6 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional

habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.6.1 Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.6.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.6.3. Comprovação de aptidão para execução do serviço, por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.6.3.1. Comprovação de que a empresa já executou serviços similares, fornecendo linhas em quantitativo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade a ser cotada, contida no tópico 1 deste termo de referência;

8.6.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.6.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada;

8.6.6. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021)

9.1 O custo estimado da contratação está previsto no Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste documento.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº 14.133/2021)

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

I) Gestão/Unidade: 00001;

II) Fonte de Recursos: 0100000000;

III) Programa de Trabalho: 02.061.0015.20AD.0001;

IV) Elemento de Despesa: 33.90.39;

V) Plano Interno: 2025TRERCEADMIN

11 - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A fiscalização do Contrato caberá aos chefes da Seção de Administração Predial e da Seção de Redes e como substituto seus substitutos regimentais.

12 - PENALIDADES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do Contrato;

b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do Contrato;

d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

g) comporta-se de modo inidôneo ou cometer farude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do Contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 3% (dez por cento); ultrapassado esse limite, poderá ser caracterizada a inexecução total do objeto;

c) multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

d) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o total do contrato pela sua inexecução parcial e de 20% (vinte por cento) sobre o

total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

e) impedimento de licitar e contratar com Administração Pública Federal direta e indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 9.1 e as condutas previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 9.1 que justifiquem a imposição de penalidades mais grave que a sanção prevista na alínea "f" deste subitem (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

12.4. Toda as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade de infração cometida;

b) peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

12.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

(Assinado eletronicamente)

CLAUDECY OLIVEIRA ARAÚJO

Cargo

Integrante Demandante

(Assinado eletronicamente)

TARCIANO LEMOS PEREIRA LEITE

Cargo

Integrante Técnico

(Assinado eletronicamente)

CLÁUDIO EMMANUEL MEDEIROS DANTAS

Coordenador da unidade demandante

Integrante Administrativo

(Assinado eletronicamente)

HUGO PEREIRA FILHO

Secretário

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL – SMP

1.1. Após o início da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá garantir os níveis de serviço especificados. Caso não sejam cumpridos, sujeitará a CONTRATADA aos seguintes ajustes no valor da Nota Fiscal:

1.1.1. Tabela acordo de nível de serviço:

Nº da Ordem	Atividades Técnicas nas Operadoras	Tempo para execução
1	Nova habilitação	Até 48h
2	Desativação de Linha	Até 24h
3	Ativação de Serviços	Até 24h
4	Desativação de serviços	Até 24h
5	Bloqueio de Linha	Até 72h
6	Desbloqueio de Linha	Até 72h
7	Troca de Número	Até 48h
8	Fornecimento de chip-sim card	Até 30 dias corridos
9	Fornecimento de aparelhos	Até 30 dias corridos
10	Resgate de chip-sim card	Até 48h
11	Transferência de titularidade	Até 15 dias úteis
12	Correção de fatura(s) sob contestação	10 dias úteis

1.1.2. Pontos atribuídos pelo descumprimento de prazos:

Nº da Ordem	Não cumprimento das atividades	Pontos
1	Nova habilitação	0,5
2	Desativação de Linha	0,3
3	Ativação de Serviços	0,5
4	Desativação de serviços	0,3
5	Bloqueio de Linha	0,3
6	Desbloqueio de Linha	0,3
7	Troca de Número	0,3
8	Fornecimento de chip-sim card	0,5
9	Fornecimento de aparelhos	0,5
10	Resgate de chip-sim card	0,5
11	Transferência de titularidade	0,3
12	Correção de fatura(s) sob contestação	0,5

1.1.3. Glosas pela não execução dos serviços:

Nº da Ordem	Pontuação acumulada (Pa)	Glosas
1	$0 < Pa \leq 1,5$	Glosa de 2% do valor total faturado do mês
2	$1,5 < Pa \leq 3$	Glosa de 4% do valor total faturado do mês
3	$3 < Pa \leq 3,5$	Glosa de 6% do valor total faturado do mês
4	$3,5 < Pa \leq 4$	Glosa de 9% do valor total faturado do mês
5	$4 < Pa \leq 4,5$	Glosa de 10% do valor total faturado do mês
6	$Pa > 4,5$	Glosa acrescida de 2% por ponto adicional até 30%

2. SERVIÇO DE ACESSO MÓVEL À INTERNET

2.1. A CONTRATADA deverá garantir os níveis de serviço especificados. Caso não sejam cumpridos, sujeitará a CONTRATADA aos seguintes ajustes no valor da Nota Fiscal:

2.1.1. Tabela acordo de nível de serviço:

Nº da Infração	Infração (do serviço)	Métrica	Índice de desconto (glosa)	Base do desconto
6	Interrupção do serviço de internet (20GB) < 3 dias	Tempo < 3 dias corridos	10%	Valor discriminado na NF mensal referente ao pacote de 20GB
7	Interrupção do serviço de internet (20GB) 3–10 dias	3 < Tempo < 10 dias corridos	30%	Valor discriminado na NF mensal referente ao pacote de 20GB
8	Interrupção do serviço de internet (20GB) > 10 dias	Tempo > 10 dias corridos	80%	Valor discriminado na NF mensal referente ao pacote de 20GB
9	Ativação do serviço de internet (20GB) > 5 dias	Tempo > 5 dias corridos	10%	Valor discriminado na NF mensal referente ao pacote de 20GB
10	Bloqueio do serviço de internet (20GB) > 2 dias	Tempo > 2 dias corridos	10%	Valor discriminado na NF mensal referente ao pacote de 20GB

2.1.2. A métrica (tempo) contará a partir da data de ocorrência da infração.

ANEXO II

Termo de Compromisso de Confidencialidade e Sigilo da contratação

Por intermédio de seus representantes legais, doravante designada simplesmente RESPONSÁVEL, se compromete, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E NÃO DIVULGAÇÃO, a não divulgar, sem autorização, quaisquer informações de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que tomou conhecimento de informações privadas do do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria, negócio ou privacidade. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios servidores públicos e empregados do do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e da contratada, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações confidenciais, inclusive aquelas relativas aos sigilo telefônico e de dados.
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de eleitores e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e Ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços, desenvolvidas pelo do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e outros;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Outros documentos e informações porventura conhecidos durante a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que as referências dos incisos da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo. Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o RESPONSÁVEL deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará poderá ser interpretada como liberação e qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O RESPONSÁVEL recolherá, ao término do Contrato, para imediata devolução do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o RESPONSÁVEL, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Parágrafo Único

O RESPONSÁVEL determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O RESPONSÁVEL obriga-se a informar imediatamente ao qualquer violação ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará as regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o RESPONSÁVEL e o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, e abrangem as informações presentes ou futuras.

Fortaleza, ____ de _____ de ____ -

DE ACORDO: (Ass. Responsável TRE-CE)

ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA

Nome da Empresa: CNPJ:

Endereço: CEP:

Fone: FAX:

E-mail comercial:

Validade da proposta:

Banco:

Conta Corrente n.º:

N.º da Agência:

A empresa, CNPJ nº, estabelecida à (rua, avenida, nº., bairro, cidade, estado, CEP), propõe ao TRE-CE, para a execução de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, com ligações ilimitadas, franquia de internet de, no mínimo, 4Gb e com fornecimento de aparelho em comodato, conforme os preços abaixo indicados:

LOTE	LOCALIDADE	Quantidade de aparelhos em comodato com SimCard	Valor unitário mensal	Valor total mensal
LOTE 1	Acaraú	1	R\$	R\$
	Acopiara	1	R\$	R\$
	Amontada	1	R\$	R\$
	Aracati	1	R\$	R\$
	Beberibe	1	R\$	R\$
	Bela cruz	1	R\$	R\$
	Brejo Santo	1	R\$	R\$
	Camocim	1	R\$	R\$
	Canindé	1	R\$	R\$
	Caucaia	3	R\$	R\$
	Crateús	1	R\$	R\$
	Crato	1	R\$	R\$
	Fortaleza	38	R\$	R\$
	Granja	1	R\$	R\$
	Guaraciaba do Norte	1	R\$	R\$
	Horizonte	1	R\$	R\$
	Icó	1	R\$	R\$
	Iguatu	1	R\$	R\$
	Ipu	1	R\$	R\$
	Ipueiras	1	R\$	R\$
	Itapipoca	1	R\$	R\$
	Itarema	1	R\$	R\$
	Jaguaribe	1	R\$	R\$
	Jaguaruana	1	R\$	R\$
	Jardim	1	R\$	R\$
	Juazeiro do Norte	4	R\$	R\$
	Lavras da Mangabeira	1	R\$	R\$
	Limoeiro do Norte	1	R\$	R\$
	Maracanaú	2	R\$	R\$
	Maranguape	1	R\$	R\$
	Massapê	1	R\$	R\$
	Mauriti	1	R\$	R\$
	Missão Velha	1	R\$	R\$
	Mombaça	1	R\$	R\$
	Morada Nova	1	R\$	R\$
	Nova Russas	1	R\$	R\$
	Pacajus	1	R\$	R\$
	Pacatuba	1	R\$	R\$
	Paracuru	1	R\$	R\$
	Parambu	1	R\$	R\$
	Pedra Branca	1	R\$	R\$
	Pentecoste	1	R\$	R\$
	Quixadá	1	R\$	R\$
	Quixeramobim	1	R\$	R\$
	Redenção	1	R\$	R\$
	Russas	1	R\$	R\$
	Santa Quitéria	1	R\$	R\$
	São Benedito	1	R\$	R\$
	São Gonçalo do Amarante	1	R\$	R\$

LOTE	LOCALIDADE	Quantidade de aparelhos em comodato com SimCard	Valor unitário mensal	Valor total mensal
	Sobral	4	R\$	R\$
	Tauá	2	R\$	R\$
	Tianguá	1	R\$	R\$
	Trairi	1	R\$	R\$
	Várzea Alegre	1	R\$	R\$
	Viçosa do Ceará	1	R\$	R\$
	Valor global do Lote 1 – 12(doze) meses.	102	R\$	R\$
LOTE 2	Alto Santo	1	R\$	R\$
	Aquiraz	1	R\$	R\$
	Aracoiaba	1	R\$	R\$
	Assaré	1	R\$	R\$
	Aurora	1	R\$	R\$
	Barbalha	1	R\$	R\$
	Baturité	1	R\$	R\$
	Boa viagem	1	R\$	R\$
	Campos Sales	1	R\$	R\$
	Capistrano	1	R\$	R\$
	Caridade	1	R\$	R\$
	Caririaçu	1	R\$	R\$
	Cascavel	1	R\$	R\$
	Cedro	1	R\$	R\$
	Chaval	1	R\$	R\$
	Coreaú	1	R\$	R\$
	Eusébio	1	R\$	R\$
	Farias Brito	1	R\$	R\$
	Ipaumirim	1	R\$	R\$
	Iracema	1	R\$	R\$
	Itapajé	1	R\$	R\$
	Jaguaratama	1	R\$	R\$
	Jucás	1	R\$	R\$
	Milagres	1	R\$	R\$
	Nova Olinda	1	R\$	R\$
	Ocara	1	R\$	R\$
	Orós	1	R\$	R\$
	Pacoti	1	R\$	R\$
	Reriutaba	1	R\$	R\$
	São Luiz do Curu	1	R\$	R\$
	Tabuleiro do Norte	1	R\$	R\$
	Tamboril	1	R\$	R\$
	Uruburetama	1	R\$	R\$
	Valor global do Lote 2 – 12(doze) meses.	32	R\$	R\$
LOTE 3	Cariré	1	R\$	R\$
	Jati	1	R\$	R\$
	Saboeiro	1	R\$	R\$
	Solonópole	1	R\$	R\$
	Valor global do Lote 3 – 12(doze) meses.	4	R\$	R\$
LOTE 4	Aiuaba	1	R\$	R\$
	Araripe	1	R\$	R\$
	Barro	1	R\$	R\$
	Ibiapina	1	R\$	R\$
	Independência	1	R\$	R\$
	Mucambo	1	R\$	R\$
	Novo Oriente	1	R\$	R\$
	Santana do Acaraú	1	R\$	R\$
	Senador Pompeu	1	R\$	R\$
	Valor global do Lote 4 – 12(doze) meses.	9	R\$	R\$

1. Declaramos que nos preços ofertados estão incluídos: impostos, tributos, despesas salariais, encargos sociais, fiscais e comerciais, e quaisquer outros relativos aos serviços de telefonia, bem como despesas necessárias à sua execução, inclusive implantação e configuração dos softwares e hardwares, em sendo o caso;

2. Declaramos que temos total conhecimento e que concordamos com todos os termos e lotes do Edital de Pregão Eletrônico nº xx/2025 do TRE-CE, e seus Anexos.

_____/_____, de de 2025.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026 - TRE/CE
ANEXO 3 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I, Lei nº 14.133/2021)

A presente contratação tem por objetivo assegurar a continuidade dos serviços de telefonia móvel institucional no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), diante da iminente extinção do contrato atualmente vigente, o qual, por força legal, não pode ser prorrogado. Tal circunstância impõe a necessidade de nova contratação, com vistas à manutenção da comunicação eficiente entre as unidades administrativas e judiciárias do Tribunal, distribuídas em todo o estado.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação é essencial para garantir a operacionalidade das atividades da Justiça Eleitoral, especialmente em períodos de maior demanda, como os ciclos eleitorais. A comunicação móvel é um recurso estratégico para o atendimento ao público, o suporte a servidores em deslocamento, a utilização de aplicativos institucionais e o envio de informações em tempo real, contribuindo diretamente para a transparência, a agilidade e a segurança dos serviços prestados à sociedade.

Adicionalmente, a nova contratação contempla uma necessária atualização tecnológica, com a adoção de soluções compatíveis com a tecnologia 5G, maior franquia de dados, aparelhos modernos e recursos avançados de gestão e segurança da informação. Essa evolução é coerente com os objetivos estratégicos do TRE-CE, voltados à modernização da infraestrutura de TIC, à proteção de dados e ao aprimoramento da governança institucional.

Portanto, a contratação proposta não apenas responde à obrigatoriedade legal de substituição do contrato vigente, mas também representa uma oportunidade de avanço tecnológico e de fortalecimento da capacidade institucional do Tribunal, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

2. PREVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II)

PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - ANO 2025 – ANEXO IV – CONTRATAÇÕES DE NATUREZA CONTÍNUA

Item	Empresa	Tipo	Subtipo	Objeto do Contrato	CNPJ/CPF	Pregão	Vigência	Valor	Gestor/Fiscal	Garantia	Possibilidade de Prorrogação
24	CLARO S.A (Ct. 277/20)	SERVIÇOS CONTÍNUOS	Telefonia	Contratação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), com ligações ilimitadas, franquia de internet de no mínimo 4 GB e com fornecimento de aparelho em comodato	40.432.544/0001-47	PE 79/20	22/10/25	R\$ 353.341,80	Chefe da COAPA, SAD e SAPRE	SIM	NÃO

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III)

1. Condições de Execução

- O serviço deverá ser prestado de forma contínua, com cobertura nacional, incluindo chamadas ilimitadas, franquia mínima de 20 GB por linha/mês, tecnologia 5G (com fallback para 4G/3G), e suporte a hotspot.
- Os aparelhos deverão ser entregues em regime de comodato, novos, com as especificações técnicas mínimas exigidas.
- A contratada deverá disponibilizar plataforma de gestão centralizada das linhas e aparelhos, com funcionalidades de controle de consumo, bloqueios e relatórios.
- A execução deverá incluir suporte técnico especializado e reposição de aparelhos defeituosos.

2. Condições de Pagamento

- O pagamento será mensal, mediante apresentação de nota fiscal e relatório de prestação dos serviços ou via boleto bancário com código de barras, observando as retenções legais, condicionado à verificação da conformidade com os termos contratuais.
- Poderá haver previsão de glosa proporcional em caso de falhas na prestação do serviço ou descumprimento de cláusulas contratuais.

c. Eventuais reajustes seguirão os critérios legais e contratuais definidos, observando-se o equilíbrio econômico-financeiro.

3. Garantias Exigidas e Ofertadas

- a. A contratada deverá apresentar **garantia contratual** equivalente a até 5% do valor total estimado do contrato, conforme previsto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser nas modalidades: caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.
- b. A garantia deverá assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à entrega, funcionamento e reposição dos aparelhos.

4. Condições de Recebimento

- a. O recebimento dos serviços e dos aparelhos será realizado em duas etapas:
 - **Recebimento provisório**, mediante entrega técnica e verificação inicial de conformidade;
 - **Recebimento definitivo**, após período de testes e validação funcional dos serviços e equipamentos, conforme critérios definidos no termo de referência.
- b. A contratada deverá fornecer termo de entrega, relatórios de ativação e documentação técnica dos aparelhos.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (art. 18, §1º, inciso IV)

4.1 METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

Memória de Cálculo – Estimativa da Quantidade de Linhas Móveis

Metodologia Utilizada:

Mapeamento das unidades administrativas e judiciárias do TRE-CE que demandam serviço de telefonia móvel institucional, conforme distribuição por polos regionais descrita no DFD.

Critérios Adotados:

- Consideração de 1 linha móvel por unidade/setor, com base na prática atual e na estrutura funcional.
- Inclusão de postos vinculados às zonas eleitorais como unidades independentes.
- Estimativa compatível com o contrato vigente e validada pela área demandante.
- Possibilidade de ajustes futuros mediante reavaliação da estrutura organizacional ou expansão de serviços.

4.2 MEMÓRIA DE CÁLCULO E/OU OUTROS DOCUMENTOS QUE SERVIRAM DE SUPORTE PARA A DEFINIÇÃO DOS QUANTITATIVOS

UNIDADE	Telefonia Móvel	Número para Portabilidade
1	92ª ZONA ELEITORAL - BARRO	088-99238-1627
2	92ª ZONA ELEITORAL – BARRO (Ipaumirim)	
3	119ª ZONA ELEITORAL - JUAZEIRO DO NORTE	088-99237-9060
4	FÓRUM ELEITORAL DE JUAZEIRO DO NORTE – DIRETORIA DO FÓRUM ELEITORAL DE JUAZEIRO DO NORTE	088-99236-1627
5	28ª ZONA ELEITORAL - JUAZEIRO DO NORTE	088-99235-9821
6	119ª ZONA ELEITORAL - JUAZEIRO DO NORTE (Jardim)	088-99237-2628
7	13ª ZONA ELEITORAL - IGUATU	088-99236-6412
8	14ª ZONA ELEITORAL – IGUATU (Cedro)	088-99242-2967
9	14ª ZONA ELEITORAL - LAVRAS DA MANGABEIRA	088-99236-9284
10	15ª ZONA ELEITORAL - ICÓ	088-99243-1142
11	15ª ZONA ELEITORAL – ICÓ (Orós)	088-99243-1607
12	16ª ZONA ELEITORAL - MISSÃO VELHA	088-99243-2194
13	18ª ZONA ELEITORAL - ASSARÉ	088-99239-4743
14	26ª ZONA ELEITORAL - MILAGRES	088-99236-3868
15	27ª ZONA ELEITORAL - CRATO	088-99238-0391
16	31ª ZONA ELEITORAL - BARBALHA	088-99243-3015
17	38ª ZONA ELEITORAL - CAMPOS SALES	088-99243-3663
18	43ª ZONA ELEITORAL - JUCAS	
19	43ª ZONA ELEITORAL – JUCAS (Saboeiro)	
20	53ª ZONA ELEITORAL - NOVA OLINDA	088-99236-4660
21	62ª ZONA ELEITORAL - VARZEA ALEGRE	088-99238-2531
22	62ª ZONA ELEITORAL - VARZEA ALEGRE (Farias Brito)	088-99238-5952
23	68ª ZONA ELEITORAL - ARARIPE	088-99239-8864
24	69ª ZONA ELEITORAL - AURORA	088-99243-5668
25	70ª ZONA ELEITORAL - BREJO SANTO	088-99239-3405
26	71ª ZONA ELEITORAL - CARIRIAÇU	088-99243-6756
27	76ª ZONA ELEITORAL - MAURITI	088-99243-4197
28	86ª ZONA ELEITORAL - ALTO SANTO	088-99238-8023
29	86ª ZONA ELEITORAL - ALTO SANTO (Iracema)	088-99238-9266
30	91ª ZONA ELEITORAL - TABULEIRO DO NORTE	088-99237-1937
31	99ª ZONA ELEITORAL - NOVO ORIENTE	088-99238-8946
32	101ª ZONA ELEITORAL - AIUBA	088-99238-6433

UNIDADE	Telefonia Móvel	Número para Portabilidade
33	10ª ZONA ELEITORAL - JAGUARIBE	088-99235-7962
34	11ª ZONA ELEITORAL - QUIXERAMOBIM	088-99241-9857
35	12ª ZONA ELEITORAL - SENADOR POMPEU	088-99238-9802
36	19ª ZONA ELEITORAL - TAUÁ	088-99237-0950
37	20ª ZONA ELEITORAL - CRATEÚS	088-99237-7711
38	29ª ZONA ELEITORAL - LIMOEIRO DO NORTE	088-99238-8751
39	39ª ZONA ELEITORAL - INDEPENDÊNCIA	088-99242-2106
40	46ª ZONA ELEITORAL - MOMBAÇA	088-99235-7706
41	55ª ZONA ELEITORAL - SOLONÓPOLE	
42	59ª ZONA ELEITORAL - PEDRA BRANCA	088-99237-3340
43	60ª ZONA ELEITORAL - ACOPIARA	088-99242-7216
44	63ª ZONA ELEITORAL - BOA VIAGEM	088-99242-5342
45	72ª ZONA ELEITORAL - JAGUARETAMA	088-99236-5241
46	5ª ZONA ELEITORAL – BATURITÉ (Pacoti)	085-99158-4297
47	67ª ZONA ELEITORAL – ARACOIABA (Ocara)	
48	84ª ZONA ELEITORAL - BEBERIBE	085-99158-5523
49	88ª ZONA ELEITORAL - EUSEBIO	085-99158-9572
50	8ª ZONA ELEITORAL - ARACATI	088-99237-3787
51	93ª ze Fortaleza	085-99158-1439
52	94ª ze Fortaleza	085-99158-7232
53	95ª ze Fortaleza	085-99157-0140
54	97ª ZONA ELEITORAL - TRAIRI	085-99155-7025
55	9ª ZONA ELEITORAL - RUSSAS	088-99235-9135
56	DIRETORIA DO FÓRUM ELEITORAL DE MARACANAÚ 122ª	085-99157-6270
57	104ª ZONA ELEITORAL – MARACANAÚ	085-99157-5516
58	01ª ze Fortaleza	085-99157-6968
59	02ª ze Fortaleza	085-99156-6563
60	03ª ze Fortaleza	085-99158-1109
61	105ª ZONA ELEITORAL - CAPISTRANO	085-99158-8215
62	109ª ZONA ELEITORAL - PARACURU	085-99156-5723
63	111ª ZONA ELEITORAL - CARIDADE	085-99158-9763
64	112ª ze Fortaleza	085-99158-5085
65	113ª ze Fortaleza	085-99157-1177
66	114ª ze Fortaleza	085-99158-2628
67	115ª ze Fortaleza	085-99158-2801
68	116ª ze Fortaleza	085-99158-6697
69	117ª ze Fortaleza	085-99158-0162
70	118ª ze Fortaleza	085-99157-7623
71	120ª ZONA ELEITORAL - CAUCAIA	085-99156-2963
72	123ª ZONA ELEITORAL - CAUCAIA	085-99156-4135
73	33ª ZONA ELEITORAL - CANINDÉ	085-99158-6260
74	36ª ZONA ELEITORAL - SÃO GONÇALO DO AMARANTE	085-99156-3110
75	37ª ZONA ELEITORAL - CAUCAIA	085-99156-1332
76	47ª ZONA ELEITORAL - MORADA NOVA	088-99239-7081
77	49ª ZONA ELEITORAL - PACAJUS	085-99157-8768
78	4ª ZONA ELEITORAL - MARANGUAPE	085-99158-9348
79	50ª ZONA ELEITORAL - PENTECOSTE	085-99156-4057
80	52ª ZONA ELEITORAL - REDENÇÃO	085-99158-8943
81	57ª ZONA ELEITORAL - PACATUBA	085-99156-7184
82	5ª ZONA ELEITORAL - BATURITÉ	85-99157-8568
83	66ª ZONA ELEITORAL - AQUIRAZ	085-99155-9622
84	67ª ZONA ELEITORAL - ARACOIABA	085-99157-4371
85	6ª ZONA ELEITORAL - QUIXADÁ	088-99237-1590
86	75ª ZONA ELEITORAL - JAGUARUANA	088-99241-4933
87	78ª ZONA ELEITORAL - HORIZONTE	085-99158-2062
88	7ª ZONA ELEITORAL - CASCAVEL	085-99158-2351
89	80ª ze Fortaleza	085-99158-8582
90	82ªze Fortaleza	085-99157-2194
91	83ª ze Fortaleza	085-99157-3170
92	85ª ze Fortaleza	085-99158-3760
93	DIFOR Fortaleza	085-99157-7828
94	COGEA	85-992708642
95	POLOC Juazeiro do Norte (DIFJU)	85-992494998
96	POLOS Tauá	85-992662335
97	POLON Sobral	85-992447779
98	61ª ZONA ELEITORAL - TAMBORIL	088-99238-7213
99	79ª ZONA ELEITORAL - RERIUTABA	088-99237-4475
100	89ª ZONA ELEITORAL - AMONTADA	088-99239-0294
101	96ª ZONA ELEITORAL - BELA CRUZ	088-99238-5564
102	98ª ZONA ELEITORAL - ITAREMA	088-99237-7973
103	DIRETORIA DO FÓRUM ELEITORAL DE SOBRAL	088-9238-1766
104	121ª ZONA ELEITORAL – SOBRAL	088-99239-2789
105	24ª ZONA ELEITORAL – SOBRAL	088-99238-1297
106	108ª ZONA ELEITORAL - CHAVAL	088-99243-9643

UNIDADE	Telefonia Móvel	Número para Portabilidade
107	17ª ZONA ELEITORAL - ITAPIOCA	088-99237-9560
108	21ª ZONA ELEITORAL - IPU	088-99243-2469
109	22ª ZONA ELEITORAL – SÃO BENEDITO	088-99236-7090
110	23ª ZONA ELEITORAL - URUBURETAMA	085-99157-9651
111	23ª ZONA ELEITORAL – URUBURETAMA (SÃO Luís do Curu)	085-99157-9172
112	25ª ZONA ELEITORAL – GRANJA	088-99239-9472
113	30ª ZONA ELEITORAL - ACARAÚ	088-99238-4768
114	32ª ZONA ELEITORAL - CAMOCIM	088-99239-8885
115	35ª ZONA ELEITORAL - VIÇOSA DO CEARÁ	088-99243-3245
116	40ª ZONA ELEITORAL - IPUEIRAS	088-99238-8853
117	41ª ZONA ELEITORAL - ITAPAJÉ	085-99156-8923
118	44ª ZONA ELEITORAL - SANTANA DO ACARAÚ	
119	45ª ZONA ELEITORAL – MASSAPE	088-99239-3115
120	48ª ZONA ELEITORAL - NOVA RUSSAS	088-99236-5442
121	54ª ZONA ELEITORAL - SANTA QUITÉRIA	088-99238-3922
122	64ª ZONA ELEITORAL - COREAÚ	088-99239-1282
123	65ª ZONA ELEITORAL - CARIRÉ	
124	73ª ZONA ELEITORAL - IBIAPINA	088-99236-3253
125	74ª ZONA ELEITORAL - GUARACIABA DO NORTE	088-99237-8022
126	79ª ZONA ELEITORAL - RERIUTABA	088-99237-4475
127	80ª ZONA ELEITORAL – RERIUTABA (Mucambo)	088-99243-7916
128	81ª ZONA ELEITORAL - TIANGUÁ	088-99238-4472
129	ASCOM Fortaleza	085-99126-6832
130	GACRE Fortaleza	85991875590
131	CEATE Fortaleza	085-99157-8188
132	DIFOR Fortaleza	85 992038914
133	COJUD Fortaleza	85991941811
134	CPROC (SJU) Fortaleza	085-99125-4807
135	CPROC (SJU) Fortaleza	085-99126-0527
136	GAPRE Fortaleza	85 991976450
137	NEP Fortaleza	85 991954215
138	NUE/COEDE Fortaleza	85 991897256
139	OUIDORIA Fortaleza	085-99430-6318
140	SAPRE Fortaleza	85991584297
141	ASINT Fortaleza	085-99158-8811
142	SAPRE	085-99158-7658
143	SCR/GACRE Fortaleza	85-991933764
144	SEAPE Fortaleza	85 991994899
145	SJU/GASEJ Fortaleza	85 992019972
146	SPRO1 Fortaleza	85 991889398
147	SPRO2 Fortaleza	85 991924862

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, §1º, inciso V)

5.1 ANÁLISE DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS

Alternativa	Vantagens	Desvantagens
Redes móveis 4G/5G	Ampla cobertura nacional; alta velocidade; fácil contratação; suporte técnico corporativo.	Cobertura limitada em áreas remotas; dependência das operadoras; instabilidade em alta demanda.
Redes móveis privadas (5G privado)	Alta segurança e controle; baixa latência; customização; independência de infraestrutura pública.	Alto custo; complexidade técnica; necessidade de equipe especializada; implantação demorada.
Conectividade via satélite	Cobertura em áreas remotas; independência de rede terrestre; ideal para zonas isoladas.	Custo elevado; latência alta; dependência de clima; equipamentos robustos.
Rádios digitais e comunicação híbrida	Comunicação instantânea e segura; independência de redes móveis; confiabilidade em emergências.	Capacidade limitada de dados; equipamentos específicos; necessidade de licenciamento; solução complementar.
Aplicativos com suporte offline	Reduz dependência de conectividade contínua; coleta de dados offline; resiliência em campo.	Risco de perda de dados; sem monitoramento em tempo real; necessidade de sincronização posterior.

5.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 18, §1º, inciso V)

Após análise das alternativas tecnológicas disponíveis no mercado, concluiu-se que a contratação de serviços de redes móveis 4G/5G com planos corporativos representa a solução mais adequada para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), tanto sob o ponto de vista técnico quanto econômico.

Essa escolha se justifica, em primeiro lugar, pela aderência à solução atualmente em uso, cuja vigência contratual está em fase final e não pode ser prorrogada. A adoção de tecnologia similar garante a continuidade dos serviços sem descontinuidade operacional, evitando riscos à execução das atividades institucionais, especialmente em períodos críticos do calendário eleitoral.

Do ponto de vista técnico, os serviços móveis 4G/5G oferecem ampla cobertura geográfica, alta velocidade de transmissão de dados, baixa latência (especialmente com o 5G) e suporte a múltiplos dispositivos e aplicações simultâneas, o que os torna plenamente compatíveis com as demandas do TRE-CE, como a mobilidade de agentes públicos, o uso de aplicativos institucionais, a transmissão de dados georreferenciados e o envio de informações em tempo real.

Sob a ótica da economicidade, trata-se de uma solução amplamente consolidada no mercado, com custos previsíveis e escaláveis, além de permitir a gestão centralizada de linhas e dispositivos, o que contribui para o controle e a racionalização dos gastos públicos. Em comparação com outras alternativas analisadas — como redes privadas, conectividade via satélite ou rádios digitais —, os serviços móveis corporativos apresentam melhor relação custo-benefício, atendendo de forma satisfatória aos requisitos técnicos com menor impacto orçamentário.

Dessa forma, a escolha por redes móveis 4G/5G com planos corporativos representa a alternativa que melhor equilibra continuidade operacional, eficiência técnica e vantagem econômica, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VI)

Fonte	Quantidade de Linhas	Valor Unitário por Linha (R\$)	Valor Mensal Total (R\$)	Valor Total para 12 Meses (R\$)
Proposta Claro	147	R\$ 150,00	R\$ 22.050,00	R\$ 264.600,00

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, inciso VII)

A solução proposta consiste na contratação de serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), com fornecimento de aparelhos celulares em regime de comodato, devidamente habilitados com pacotes de dados móveis e chamadas ilimitadas, visando garantir conectividade móvel estável, segura e eficiente para as unidades da Justiça Eleitoral do Ceará. A contratação tem como objetivo assegurar suporte à comunicação durante períodos críticos do calendário eleitoral, promover a mobilidade dos agentes públicos, viabilizar o uso de aplicativos institucionais e permitir a transmissão de dados georreferenciados e o envio de informações em tempo real.

A configuração ideal do serviço, com base nas necessidades institucionais, contempla:

- 147 linhas móveis ativas, com possibilidade de expansão;
- Chamadas de voz ilimitadas para qualquer operadora nacional;
- Franquia mínima de 20 GB por linha/mês, com redução de velocidade não inferior a 512 kbps após o consumo total, garantindo continuidade do serviço;
- Roaming nacional gratuito, com ativação automática;
- Tecnologia 5G, com fallback automático para 4G/3G;
- Permissão para uso de hotspot (compartilhamento de internet);
- SMS ilimitado ou franquia mínima de 2.000;
- Gestão centralizada com controle de consumo, bloqueios administrativos, relatórios detalhados e gerenciamento remoto de dispositivos.

Os aparelhos celulares fornecidos em comodato deverão ser novos, com especificações técnicas compatíveis com uso intensivo de dados e aplicativos institucionais. A proposta da Claro apresenta modelos com:

- Processador octa-core, com desempenho intermediário ou superior (ex: Snapdragon série 7, MediaTek Dimensity ou equivalentes);
- Memória RAM de 6 GB ou 8 GB, com expansão virtual via RAM Plus;
- Armazenamento interno de 128 GB ou 256 GB, expansível via microSD;
- Sistema operacional Android 13 ou superior;
- Conectividade 5G, Wi-Fi Dual Band, Bluetooth 5.1+, NFC e USB-C;
- Compatibilidade com políticas institucionais de segurança da informação, incluindo suporte a MDM, criptografia e bloqueio remoto.

A solução deverá incluir serviços de manutenção e assistência técnica, com as seguintes exigências:

- Reposição de aparelhos defeituosos no prazo máximo de 10 dias úteis, com fornecimento de modelo equivalente ou superior;
- Atendimento técnico dedicado ao órgão contratante;
- Acesso à plataforma de gestão de contas (Conta Online), com funcionalidades como visualização de faturas, histórico de consumo, geração de relatórios e controle de gastos por linha.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VIII)

8.1. Objeto da contratação será adquirido por item?

() Sim.

(X) Não

8.1.2. Justificativa da Divisão por Lotes

A divisão da contratação em lotes visa garantir a eficiência técnica e operacional da prestação do serviço, considerando as seguintes constatações:

1. Variação de cobertura e velocidade entre operadoras:
Pesquisa realizada junto às principais operadoras de telefonia móvel demonstrou que há diferenças significativas na qualidade do sinal, velocidade de conexão e disponibilidade de tecnologia (4G/5G) entre os municípios cearenses.
2. Ausência de cobertura integral por uma única operadora:
Nenhuma operadora apresentou cobertura satisfatória em todos os municípios atendidos pelo TRE-CE. Assim, a divisão por lotes permite que diferentes operadoras concorram em regiões onde possuem melhor desempenho técnico.
3. Intersecção de atuação por município:
A partir da verificação da disponibilidade de sinal por operadora e município, os lotes foram estruturados de forma a agrupar municípios com características de cobertura semelhantes, permitindo maior competitividade e aderência técnica.
4. Eficiência na execução contratual:
A divisão por lotes facilita a gestão do contrato, a fiscalização regionalizada e a resolução de eventuais falhas de cobertura, além de permitir que empresas com atuação regional possam participar da licitação.
5. Desses critérios resulta a seguinte divisão:

Lote 1

Acaraú, Acopiara, Amontada, Aracati, Beberibe, Bela cruz, Brejo Santo, Canindé, Caucaia, Crateús, Crato, Fortaleza, Granja, Guaraciaba do Norte, Horizonte, Icó, Iguatu, Ipu, Ipueiras, Itapipoca, Itarema, Jaguaruana, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Limoeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Massapê, Mauriti, Missão Velha, Mombaça, Morada Nova, Nova Russas, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Parambu, Pedra Branca, Pentecoste, Quixadá, Quixeramobim, Redenção, Russas, Santa Quitéria, São benedito, São Gonçalo do Amarante, Sobral, Tauá, Tianguá, Trairi, Várzea Alegre, Viçosa do ceara.

Lote 2

Alto Santo, Aquiraz, Aracoiaba, Assaré, Aurora, Barbalha, Baturité, Boa viagem, Camocim, Campos Sales, Capistrano, Caridade, Caririáçu, Cascavel, Caucaia, Cedro, Chaval, Coreau, Eusébio, Farias brito, Icó, Ipaumirim, Iracema, Itapajé, Itarema, Jaguaratama, Jaguaribe, Jucás, Milagres, Mombaça, Nova Olinda, Ocara, Orós, Pacoti, Reriutaba, São Luiz do Curu, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tamboril, Uruburetama.

Lote 3

Jati, Saboeiro, Solonópole.

Lote 4

Aiuaba, Araripe, Barro, Ibiapina, Independência, Mucambo, Novo Oriente, Santana do Acaraú, Senador Pompeu.

8.2. Trata-se de Sistema de Registro de Preços?

(X) Não.

() Sim, justifique a ocorrência das hipóteses previstas no art. 3, Decreto nº 11.462/2023.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS (economicidade e melhor aproveitamento de recursos humanos/materiais/financeiros) (art. 18, §1º, inciso IX)

A contratação do serviço de telefonia móvel com fornecimento de aparelhos em comodato tem como objetivo alcançar resultados concretos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos públicos, conforme exigido pelo art. 18, §1º, inciso IX da Lei nº 14.133/2021.

A economicidade será promovida por meio da adoção do modelo de comodato, que elimina a necessidade de aquisição direta de aparelhos celulares, reduzindo o impacto orçamentário inicial e os custos com manutenção e substituição de equipamentos. Além disso, a divisão da contratação por lotes, estruturada com base na análise da cobertura de sinal por operadora e município, permite maior competitividade entre fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa para cada região, otimizando o uso dos recursos financeiros.

O aproveitamento dos recursos humanos será favorecido pela disponibilização de plataforma de gestão centralizada das linhas e aparelhos, o que reduz a carga administrativa das unidades e permite o monitoramento eficiente do uso dos serviços contratados. A padronização dos dispositivos também facilita o suporte técnico e o treinamento dos usuários, contribuindo para a racionalização do trabalho das equipes envolvidas.

Quanto aos recursos materiais, a contratação busca garantir a entrega de equipamentos novos, com especificações técnicas atualizadas e compatíveis com as necessidades institucionais, assegurando maior durabilidade e desempenho. A estruturação da contratação com base em dados técnicos e mercadológicos assegura que os recursos públicos sejam aplicados com eficiência, responsabilidade e alinhamento às diretrizes estratégicas do TRE-CE.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, inciso X)

Serão necessárias adequações de infraestrutura física ou tecnológica, de espaço físico, de logística ou outras providências pertinentes, no ambiente para a execução do objeto da contratação?

(X) Não. A contratação não demandará qualquer alteração no ambiente.

() Sim.

Será necessária a capacitação de servidor para a execução contratual?

(X) Não.

() Sim. A capacitação será realizada pela Contratada, sendo que a capacitação compõe obrigação contratual a ser prevista no respectivo Termo de Referência.

() Sim. A capacitação deverá ser providenciada pela Administração.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, inciso XI)

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda?

(X) Não.

() Sim.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (requisitos de baixo consumo de energia e outros recursos, logística reversa, reciclagem de bens e refugos) (art. 18, §1º, inciso XII)

1. Geração de resíduos eletrônicos (e-lixo):

A substituição periódica de aparelhos celulares pode gerar resíduos eletrônicos, que, se descartados de forma inadequada, representam risco ao meio ambiente e à saúde pública.

Medida mitigadora:

Inserção de cláusula contratual que exija da contratada a adoção de **logística reversa**, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), com recolhimento e destinação ambientalmente adequada dos aparelhos substituídos, danificados ou obsoletos.

2. Consumo de energia e recursos naturais:

O uso contínuo de dispositivos móveis e infraestrutura de telecomunicações implica consumo de energia elétrica e de materiais não renováveis.

Medida mitigadora:

Estabelecimento de **requisitos mínimos de eficiência energética** para os aparelhos fornecidos, priorizando modelos com certificações reconhecidas (como o Selo Procel ou Energy Star), além de incentivo ao uso de tecnologias que reduzam o consumo de dados e energia.

3. Emissões indiretas de carbono (pegada ambiental):

A operação de redes móveis e a fabricação de dispositivos contribuem para emissões de gases de efeito estufa.

Medida mitigadora:

Preferência por fornecedores que adotem práticas de compensação de carbono, uso de energia renovável em suas operações e políticas de sustentabilidade corporativa.

4. Impacto social positivo (inclusão e mobilidade):

A ampliação da conectividade institucional contribui para a melhoria dos serviços públicos, especialmente em regiões remotas, promovendo inclusão digital e eficiência administrativa.

Medida potencializadora:

Priorização de soluções que ampliem a cobertura em áreas de difícil acesso, com suporte técnico regionalizado e atendimento descentralizado.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso XIII)

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item "7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, esta equipe de planejamento **DECLARA SER VIÁVEL** a contratação pretendida.

(Assinado eletronicamente)
CLAUDECY OLIVEIRA ARAÚJO

Cargo
Integrante Demandante

(Assinado eletronicamente)
TARCIANO LEMOS PEREIRA LEITE
Cargo
Integrante Técnico

(Assinado eletronicamente)
HUGO PEREIRA FILHO
Cargo
Integrante Administrativo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026 - TRE/CE

ANEXO 4 - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º/2026

SEI N.º

PREGÃO ELETRÔNICO N.º/2026

Contrato de que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a empresa

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Dr. Pontes Neto, s/n.º, Luciano Cavalcante, em FORTALEZA/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado CONTRATANTE, representado neste ato por, no uso da competência atribuída pela Portaria, e a empresa, inscrita no CNPJ sob n.º, estabelecida na, telefone, e-mail, doravante denominada CONTRATADA, representada por, tendo em vista o que consta no Processo SEI n.º e em observância as disposições da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Contrato.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital de Licitação;
 - 1.2.3. A proposta da CONTRATADA;
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados de, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021..

2.1.1. A data de início de vigência recairá no 32º dia após a homologação do procedimento licitatório, ou no primeiro dia útil subsequente, caso recaia no sábado, domingo ou feriado;

2.1.2 A critério da autoridade superior, mediante expressa justificativa fundamentada com base no interesse público, o início da vigência do contrato poderá ser contado da assinatura do instrumento contratual, após ciência da contratada, e desde que respeitado o prazo de validade da proposta previsto no instrumento convocatório

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. Caso o preço médio de mercado venha a ser inferior ao valor contratado, o gestor do Contrato negociará com a CONTRATADA com vistas a adequar o valor originário ao preço praticado no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da aquisição é de R\$

5.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor constante no item 5.1 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/12/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice ou por índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O CONTRANTE compromete-se a:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência anexo;
- c) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e) comunicar à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme art. 143 da Lei n.º 14.133 de 2021;
- f) efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente Contrato;
- g) aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste
- h.1) a Administração terá o prazo de 2 (dois) meses, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- i) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- j) abster-se de efetuar intervenções indevidas na gestão interna da contratada

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA compromete-se a:

- a) cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas desse Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- c) responsabilizar-se pelo vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078 de 1990), bem como por qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d) atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou por autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;
- f) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo gestor do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- g) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- h) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021;
- i) quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, o Certificado de Regularidade do FGTS, a Certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho e a Certidão de Regularidade com a Receita Municipal do domicílio da sede da CONTRATADA, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista.
- j) responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do Contrato;
- k) comunicar ao gestor do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- l) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- m) paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- n) manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- o) promover a guarda, manutenção, vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;
- p) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- q) submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- r) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- s) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- t) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- u) **efetuar o credenciamento do seu representante legal como usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE/CE, salvo em casos específicos a serem decididos pelo CONTRATANTE, conforme instruções contidas na página oficial do Tribunal Eleitoral do Ceará na internet (<https://www.tre-ce.jus.br/servicos-judiciais/processos/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>). O acesso externo ao sistema possibilitará ao usuário receber notificações/intimações, acompanhar processos administrativos dos quais seja parte e assinar documentos que lhe sejam disponibilizados, tais como contratos, aditivos e apostilas;**
- v) **assinar o Contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da disponibilização do documento para assinatura no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE/CE;**
- w) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. O CONTRATADO deverá apresentar garantia de execução, optando por uma das seguintes modalidades, em valor correspondente a 5% do valor anual do Contrato:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária;
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante toda a vigência do Contrato até 3 (três) meses após o término da sua vigência, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.2.1. A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.2.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições de coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.4 deste Contrato.

10.3. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.4. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado a renovar a garantia ou endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO;
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO.

- 10.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 10.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 10.8. No caso de garantia na modalidade fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.
- 10.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal
- 10.9.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela SUSEP (art. 8º, III, da Circular da SUSEP n.º 656 de 11 de março de 2022).
- 10.10. No caso de alteração do valor do Contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.10.1 Reforços de garantia inferiores a 5% do valor da garantia inicial poderão ser, a critério do TRE/CE e em homenagem ao princípio da eficiência e da celeridade, juntados em um mesmo procedimento, uma vez atingida a quantia necessária.
- 10.10.2 Mesmo não atingido o percentual de 5% citado no item 10.13.1, o reforço de garantia será exigido em virtude de eventual prorrogação contratual.
- 10.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 10.12. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;
- 10.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 10.12.2. Caso se trate de modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662 de 11 de abril de 2022.
- 10.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate de título de capitalização, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do Contrato.
- 10.13.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da SUSEP.
- 10.13.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 10.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 10.14.1. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o CONTRATADO pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.
- 10.14.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 10.14.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao Contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 10.15. O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.
- 10.17. O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 10.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as sanções previstas no Edital.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

11.4. Toda as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade de infração cometida;

b) peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

11.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

12.2. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quanto este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

12.3. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei n.º 14.133/2021.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) indenizações e multas.

12.5. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho:, no Elemento de Despesa:, no Subelemento:

13.2. Foi emitida em, a Nota de Empenho do tipo, identificada pelo número, no valor de R\$visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

15.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente Instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527/2011 c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Com base no artigo 7º da Lei Federal n.º 13.709/2018, a CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a divulgar os dados essenciais à efetivação do contrato administrativo referentes à empresa, seus sócios e representantes legais.

17.2. As comunicações feitas pelo CONTRANTE em decorrência desta contratação ou de eventuais processos administrativos a ela inerentes serão realizadas, em regra, por via eletrônica, no e-mail informado na Proposta Comercial apresentada pela empresa, devendo a CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal desta Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/2021.

Fortaleza/CE, *data registrada no sistema*.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026 - TRE/CE

ANEXO 5 – PREÇOS DE REFERÊNCIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. LINHAS E APARELHOS COMODATO	VALOR TOTAL MENSAL DE REFERÊNCIA	VALOR ANUAL DE REFERÊNCIA
1	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura para prestação dos serviços nas localidades, conforme a divisão constante no item 5.5.4 do Termo de Referência. Chamadas de voz ilimitadas para números fixos e móveis de qualquer operadora no território nacional Gestão e Autosserviço Tarifa Zero SMS 	Serviço	102	R\$14.999,10	R\$ 179.989,20
2	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura para prestação dos serviços nas localidades, conforme a divisão constante no item 5.5.4 do Termo de Referência. Chamadas de voz ilimitadas para números fixos e móveis de qualquer operadora no território nacional Gestão e Autosserviço Tarifa Zero SMS 	Serviço	32	R\$ 4.705,60	R\$ 56.467,20
3	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura para prestação dos serviços nas localidades, conforme a divisão constante no item 5.5.4 do Termo de Referência. Chamadas de voz ilimitadas para números fixos e móveis de qualquer operadora no território nacional Gestão e Autosserviço Tarifa Zero SMS 	Serviço	4	R\$ 588,20	R\$ 7.058,40
4	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura para prestação dos serviços nas localidades, conforme a divisão constante no item 5.5.4 do Termo de Referência. Chamadas de voz ilimitadas para números fixos e móveis de qualquer operadora no território nacional Gestão e Autosserviço Tarifa Zero SMS 	Serviço	9	R\$ 1.323,45	R\$ 15.881,40



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ, CHEFE DE SEÇÃO**, em 28/04/2026, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em

https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&i

[d_orgao_acesso_externo=0&cv=0001412661&crc=3907873F](https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&i), informando, caso não preenchido, o código verificador **0001412661** e o código CRC **3907873F**.